



MOVIMENTO PARA A DEMOCRACIA



MANIFESTO ELEITORAL



**COMPROMISSO COM AS ILHAS
SOLUÇÕES PARA CABO VERDE**

MANIFESTO ELEITORAL

**COMPROMISSO COM AS ILHAS
SOLUÇÕES PARA CABO VERDE**

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros concidadãos,

Sinto que tu e muitos outros estão dececionados com o que viram nos últimos 15 anos. Dececionados com a estagnação económica, a diminuição de rendimentos, com as longas listas de espera nos hospitais, com o abandono escolar e com o aumento do desemprego, da pobreza e da insegurança.

Os cabo-verdianos mereciam melhor. Particularmente os jovens e as mulheres. Mereciam mais trabalho, mais segurança, melhor educação e mais saúde.

Sei que a vida de cada um de vós não tem sido fácil. Estou seguro que é possível mudar Cabo Verde. Sei que Cabo Verde, as nossas ilhas, tem solução.

Queremos construir, conjuntamente, um Cabo Verde seguro, com pleno emprego digno e com liberdade plena. Está ao nosso alcance.

Para vencer os desafios precisamos acreditar na nossa capacidade e criar condições políticas, institucionais, sociais e económicas para promover o desenvolvimento.

Precisamos de um bom ambiente político com uma democracia consolidada, um Estado de Direito credível e um Governo política e tecnicamente bem preparado, com capacidade de liderança e de adaptação, ágil nas decisões e com uma atitude desenvolvimentista e reformista.

Um bom ambiente institucional com instituições fortes, credíveis e perenes, com um Estado moderno e uma administração pública com dirigentes altamente qualificados, íntegros e comprometidos com o serviço público. Um bom ambiente social com menos pobreza e mais inclusão e coesão social.

Um bom ambiente económico suportado pela estabilidade, previsibilidade e confiança; por impostos moderados; por uma dívida pública controlada; por um crescimento económico inclusivo e por uma atitude de concertação social e de parceria por parte do Estado face às entidades patronais, aos sindicatos, aos empresários e aos investidores.



Um bom sistema educativo que forma os jovens pelo conhecimento e por valores; que cria oportunidades para todos terem acesso ao ensino; que forma quadros com capacidade para desenvolverem a sua atividade profissional num mundo global e competitivo através de inovação, aquisição de competências, internacionalização e empregabilidade.

Mobilizámos as competências de toda a nação e construímos, com base nos valores programáticos fundadores do nosso partido, uma visão clara do futuro que queremos para a nação e para ti.

Este programa de governação é um contrato que quero estabelecer contigo, com cada cabo-verdiano na sua ilha e na diáspora e com a nação.

É um compromisso político que assumo perante os meus concidadãos, ancorado no rigor e na seriedade.

Assumo, pessoalmente, toda a responsabilidade pela sua concretização.

Uma responsabilidade intransmissível.

Tenho confiança em ti, na minha equipa e em Cabo Verde.

Podemos juntos construir o Cabo Verde que queremos.

Com o teu voto construiremos o Cabo Verde que mereces.

Estou motivado para continuar a servir-vos e a servir Cabo Verde.

UM NOVO CICLO, NOVAS SOLUÇÕES E UMA NOVA ESPERANÇA PARA CABO VERDE

O actual Governo faltou, no essencial, ao seu compromisso eleitoral com os cabo-verdianos. Colocou o nosso País perante enormes dificuldades. Muitos dos problemas, como o desemprego e, particularmente, o desemprego jovem, a criminalidade, a fraca economia, a diminuição de rendimentos, as diferenças entre as ilhas, as desigualdades sociais e de género, a morosidade da justiça, a falta de confiança no sistema político, a pobreza e o endividamento da economia tomam a forma de emergências nacionais.

Cabo Verde está hoje num caminho de empobrecimento, do enfraquecimento da sua economia e do seu tecido social.

Chegou agora o momento da lucidez do povo cabo-verdiano falar! Cabo Verde e os cabo-verdianos mereciam mais e melhor. Quem não cumpriu o essencial não pode voltar a prometer. Perdeu esse direito. Sobre tudo quando o que tem a propor é o mais do mesmo.

O MpD acredita na sua história e valores, no seu grau de amadurecimento e preparação, bem como na lucidez do povo cabo-verdiano para que, juntos, se inicie, a partir de 2016, um novo ciclo para Cabo Verde, na base de um Novo Modelo de Sociedade e de um Compromisso para a Legislatura guiado por um Compromisso para a Década.

O emprego e a segurança serão as nossas primeiras prioridades, as prioridades das prioridades: o nosso compromisso é com o emprego digno para todos e a tolerância zero em relação à insegurança.

Investiremos num cidadão cabo-verdiano do mundo e no mundo, letrado digitalmente, com capacidade de comunicação com o mundo, que domine as línguas, as ciências, as tecnologias, e seja portador de valores profundamente cabo-verdianos como o mérito, o trabalho, o esforço, a dedicação, a superação permanente e um profundo amor a Cabo Verde.

Criaremos um ambiente económico, social e institucional capaz de atrair os investimentos, internos, externos e da nossa diáspora, permitindo o crescimento da nossa economia e a geração de empregos que levem o País ao pleno emprego, colocando a taxa de desemprego à volta dos 5%.

Cabo Verde tem todas as condições para lá chegar. A nível do turismo, das pescas, da indústria, da economia do oceano, da cultura, da agropecuária e da prestação de serviços internacionais. Valorizando os seus recursos humanos, os seus recursos naturais e a sua posição geo-económica, geoestratégica e geopolítica no Atlântico Médio.

Para isso, é preciso uma nova visão estratégica, um novo ciclo para Cabo Verde, através de um compromisso para a valorização dos recursos internos, apostando na produção, exportação e internacionalização, na valorização da posição geopolítica de Cabo Verde na bacia do Atlântico, na qualidade das instituições, na coesão social, na captação do IDE e na promoção da imagem externa de Cabo Verde.



Novas políticas exigem uma nova maioria parlamentar, novos atores e uma nova liderança, madura e portadora de um futuro de esperança para o País.

Para uma nova esperança, vamos combinar o curto prazo, um Plano de Emergência para o País, o médio prazo, um Programa para a Legislatura e o longo prazo, um Compromisso para a Década.

UM COMPROMISSO PARA A DÉCADA

O objectivo do MpD é garantir o desenvolvimento sustentado de Cabo Verde, orientado para trazer felicidade aos cabo-verdianos, com base em mais liberdade e mais democracia, pleno emprego, duplicação do rendimento médio, mais segurança e qualidade de vida para todos.

É nosso compromisso atingir, dentro de dez anos:

- A colocação de Cabo Verde na lista dos dez pequenos países insulares melhor classificados, quando avaliados pelo Índice de Desenvolvimento Humano, desenvolvendo o agregado educação, saúde e rendimento individual.
- A erradicação da pobreza extrema, garantindo um rendimento mínimo de inclusão, quantificado em 50% do salário mínimo, para cada família carenciada e altamente vulnerável particularmente onde existem menores e a redução da pobreza relativa para menos de 10%.
- O pleno emprego e trabalho decente para todos, através do crescimento médio real da economia de 7% ao ano, sustentado, entre outros, por um Turismo no top 30 dos países mais competitivos do mundo e promotora da nossa agricultura, pescas, cultura e desportos, pela economia do Atlântico e transformação de Cabo Verde num Centro de Operações em África, por uma Indústria Ligeira de Exportação e pela prestação de Serviços Internacionais.

- A melhoria radical do risco soberano e do risco País para a nota entre BBB e A, através de um quadro orçamental e fiscal que garanta a previsibilidade e a sustentabilidade das finanças públicas e a integração de Cabo Verde no TOP 15 em matéria de competitividade fiscal no mundo, tendo como alvo principal a atração do Investimento Nacional e do Investimento Direto Estrangeiro e a criação de empregos qualificados e progressivamente bem remunerados.
- A promoção de Cabo Verde, no ambiente de negócios, para o top 50 do *Doing Business* do Banco Mundial, atuando sobre a fiscalidade, o financiamento, o funcionamento da administração pública, a justiça, a capacitação dos recursos humanos e a unificação do mercado interno e sua ligação ao mundo.
- Uma educação de excelência a nível mundial, inclusiva, atingindo o top 50 em termos de "Higher Education and Training Index" do *World Economic Fórum* e integrada no conceito de economia do conhecimento e num ambiente universitário com cultura de investigação e inovação, geradora para os jovens cabo-verdianos de um profundo domínio das línguas, das ciências e tecnologias e de um perfil cosmopolita na sua relação com o mundo, portador de valores e motivador para a aprendizagem ao longo da vida.
- Uma democracia melhorada e consolidada, moderna, profundamente respeitadora do pluralismo político e da cidadania, promotora dos Direitos Humanos e geradora de espaços de participação, seja individual ou através de instituições, organizações e associações ou simples grupos, tudo, com um Estado descentralizado e regionalizado.
- Um país seguro, previsível, confiável e útil ao mundo, reforçando a nossa integração no Continente Africano e na CEDEAO tendente a fazer de Cabo Verde uma plataforma de exportação de bens e serviços e um centro tecnológico regional de alto valor acrescentado, criando buffers para a gestão dos riscos e das vulnerabilidades e erguendo-se como um País destacado na promoção da paz e segurança mundiais.
- Uma nação exemplo no mundo em matéria de equidade de género e de inclusão social, num juntar de esforços, nomeadamente, com as ONÇ s, as Igrejas, a comunicação social e a comunidade internacional, com destaque para o Sistema das Nações Unidas.



- A eliminação das listas de espera na saúde e a garantia de uma taxa de mortalidade infantil inferior a 13 por mil, através da melhoria substancial do acesso à saúde e da saúde materno-infantil.

UM PLANO DE EMERGÊNCIA

Apresentamos um Plano de Emergência para atacar os problemas mais graves do País, visando, de imediato, gerar confiança e relançar a economia, promover a segurança, combater o desemprego e a pobreza e melhorar a qualidade da governação:

- Mudança da forma de exercício de poder e um novo modelo de governação para o País.
- Aumento do rendimento disponível das famílias e combate à pobreza extrema.
- Promoção de políticas activas de emprego.
- Promoção do emprego, através da resolução do problema do financiamento das empresas.
- Promoção da segurança no País.
- Confiança macroeconómica e financeira

Novo Modelo de Governação para o País

Garantimos:

- Um Governo pequeno, eficiente e bem coordenado, com um máximo entre 10 a 12 Ministros, traduzido numa poupança de mais de 200.000 contos/ano, a serem aplicados no financiamento do Rendimento de Inclusão que, no primeiro ano, deve abranger 4.000 famílias necessitadas e, até o final da legislatura, cerca de 25.000 famílias.
- Uma efetiva e imediata separação entre o Partido e o Estado e transparência nas relações do Governo com as Organizações da Sociedade Civil através de uma lei específica sobre o assunto.
- Um reforço dos poderes das Autoridades Administrativas Independentes, como o Banco Central e do Sistema Nacional de Estatística, consolidando as suas autonomias e resolvendo os seus problemas de funcionamento.
- Reforço do Tribunal de Contas, da Procuradoria-Geral da República, das entidades reguladoras independentes e de uma comunicação social plural e livre.
- Uma política social pública promotora da autonomia e da dignidade da pessoa humana e fora dos holofotes da comunicação social, conduzida na base da contratualização com as ONG `s e as Igrejas.
- Um Estado perto das pessoas, através, nomeadamente, da descentralização e da regionalização e da valorização da diáspora cabo-verdiana.
- Um Estado respeitador dos contratos e dos compromissos enquanto exemplo para toda a Nação e do combate ao nepotismo na Administração Pública através da publicação de uma Lei a proibir a nomeação direta de parentes para ocupar cargos na Administração Pública.
- O incremento da eficiência e da transparência do Estado através nomeadamente da melhoria da legislação e combate à corrupção e ao nepotismo.
- A promoção da justiça, da segurança e do combate à criminalidade.



Aumento do Rendimento

Disponível das Famílias e combate à Pobreza

A economia cabo-verdiana encontra-se parada e precisa, com urgência, de ser reanimada com um forte conteúdo de emprego e de estímulos para a recuperação de rendimentos.

Por outro lado, a política social deve ser promotora da dignidade da pessoa humana e da sua autonomia e conduzida fora dos holofotes da comunicação social, por respeito a quem precisa de uma mão amiga do Estado.

Garantimos:

- A actualização anual dos salários e pensões, incluindo o salário mínimo.
- A criação de um Rendimento de Inclusão para os mais vulneráveis, garantindo, sobretudo, a protecção das crianças, mediante regras transparentes e contratualização da gestão com as Igrejas e outras organizações da sociedade civil. Deve abranger, até ao final da legislatura, cerca de 25.000 famílias.
- Criação de uma nova tarifa social na água e energia para todos aqueles que vivem na pobreza extrema, para compensação do IVA, a ser regulamentado pela ARE.
- Melhoria do atendimento de urgência e redução substancial da lista de espera na Saúde, nomeadamente, nas áreas hoje mais críticas da ginecologia, oftalmologia e ortopedia, assumindo os encargos financeiros daí resultantes para a população mais pobre.
- Combate ao abandono escolar, garantindo que todos em idade escolar obrigatória estejam no sistema de ensino e sobretudo que nenhum aluno abandone o sistema de ensino por falta de rendimento dos pais.
- Reforço da concertação social, permitindo a definição de uma política de rendimentos numa perspectiva de trabalho digno e de vida digna, conciliando o objectivo da coesão social com o da sustentabilidade da política salarial e a competitividade do país.
- A redução da precariedade através de políticas activas de emprego e reforço da concertação social.

- Garantia de um Estado pagador a tempo e horas, responsabilização dos incumpridores e criação de uma conta corrente entre o Estado e os contribuintes.
- Reactivação da bonificação de até 50% de juros à habitação para os jovens casais, liquidando a dívida de 1.500.000 contos que o Governo atual acumulou junto dos bancos.
- Desenvolvimento, em parceria com os municípios, de uma acção imediata, tendente a resolver os problemas mais urgentes nos destinos turísticos do Sal e da Boavista, nomeadamente, a nível da habitação, do saneamento, da segurança, da eliminação das construções clandestinas e dos bairros degradados, caso da chamada Zona das Barracas na Boavista, afetando, para o efeito, a taxa do turismo e a taxa ecológica.
- Aposta num mega programa de reabilitação habitacional e regeneração urbana, com incentivo a financiamento em regime de micro crédito, incluindo saneamento, espaços de lazer e de manutenção física, arruamentos, espaços verdes e iluminação pública no quadro do programa nacional do desenvolvimento urbano e capacitação das cidades orçado em cerca de 250 milhões de euros.

Promoção de políticas activas de emprego

É nosso compromisso estimular o emprego, particularmente para os jovens, através dos seguintes instrumentos:

- Eliminação imediata da contribuição para a segurança social que recai sobre as empresas com contrapartida no emprego jovem por um período experimental de cinco anos no quadro do programa de criação de pelo menos 45.000 novos empregos estáveis numa legislatura e visando o pleno emprego numa década.
- Lançamento de um programa de estágios profissionais, geradores e facilitadores de empregos no setor público e no setor privado, podendo atingir 20.000 cabo-verdianos anos, dos quais 10.000 jovens/ano e 2.000 licenciados, tendentes a melhorar as suas condições de empregabilidade.



- Promoção efetiva do empreendedorismo e do programa CVXL - *Work for Yourself*, através da criação de uma aceleradora de empresas, da rede nacional de incubadoras e da promoção da cultura de empreendedorismo nos jovens numa perspectiva internacional e africana.
- Reforço das competências dos jovens licenciados, nomeadamente, através de programas de reconversão de competências orientados para o setor das tecnologias de informação e comunicação, do turismo, da agricultura e das pescas, permitindo dar resposta à falta de recursos humanos com formação nestas áreas e ao investimento em setores emergentes.
- Lançamento de um vasto programa de apoio à economia social e solidária que será executado através de uma parceria envolvendo as câmaras municipais, as organizações da sociedade civil e as Igrejas. A economia social, enquanto forma de organização económica e de produção de serviços, vai ter um papel determinante na expansão do emprego, da igualdade de oportunidades e na promoção de bens sociais, ambientais e históricos que suportam o desenvolvimento local e regional.

Resolução do problema de financiamento das empresas

O financiamento é um veículo essencial para a recuperação empresarial, garantindo um novo ciclo de crescimento e de emprego.

Garantimos:

- A liquidação de todas as dívidas do Estado junto das famílias e das empresas, a criação de uma conta corrente entre o fisco e os contribuintes e estruturação de um Estado pagador a tempo e horas.
- A alteração imediata da convenção de estabelecimento, reduzindo o limite mínimo para se poder aceder aos incentivos de 10 milhões de contos para 0.5 milhão de contos e desde que tenham impactos relevantes na criação de empregos directos e indirectos e no desenvolvimento das ilhas.
- A instalação de uma máquina pública pró-negócios, removendo os obstáculos e reduzindo o tempo e o custo do investimento através do princípio "Burocracia Zero" para os investimentos.

- A aprovação de iguais condições para o Estado e as empresas em sede de fiscalidade no mercado de capitais, adoptando uma tributação tendencialmente nula.
- A criação de um Estatuto para o Investidor Emigrante.
- A mobilização do privateequity, nomeadamente os africanos, para a tomada de participação nas empresas cabo-verdianas.

Medidas de Emergência na Segurança Interna

Priorizaremos um forte investimento na Segurança Interna, garantindo:

- Tolerância zero em relação à criminalidade, com maior destaque para os centros urbanos.
- Motivação dos profissionais da Polícia e da Justiça. O MpD procurará resolver, de imediato, os problemas enfrentados por esses profissionais, nomeadamente, o seu estatuto, promoções, as suas condições de trabalho, formação e outros meios de dignificação e motivação profissional.
- Reorganização das forças policiais numa perspectiva de polícia de proximidade, na procura de capacidade da polícia em criar relações positivas com a comunidade, eliminando as naturais barreiras de apatia e de desconfiança.
- Aumento considerável do tempo de reacção criminal através da melhoria do nível de eficácia da reacção policial e jurisdicional, particularmente com recurso à requalificação dos meios de investigação.
- Alocação de meios em função de objectivos pré-fixados, nomeadamente, o reforço da polícia judiciária em termos de meios financeiros e logísticos.
- Reforma do Sistema Prisional e de Justiça, nomeadamente, o reforço da Procuradoria-Geral da República em meios materiais, humanos e tecnológicos e das medidas legislativas a exemplo da revisão do modelo de acusação penal, permitindo a delegação de competências nos Oficiais Superiores da Polícia para acusação em processos crimes de pequena e média criminalidade.



- Instalação de Tribunais de Polícia para a pequena criminalidade nos principais centros urbanos do país.
- Criação imediata da Polícia Municipal.
- Criação das condições para a rápida instalação de redes de video vigilância nos pontos mais críticos das cidades e revisão do sistema de iluminação pública.
- Reforço da reinserção social dos ex-presos, com a instituição de sistemas de acompanhamento pós-prisonal, com agentes especializados e encarregados da vigilância e apoio aos ex-reclusos, na formação, procura de emprego e prevenção contra os fatores de risco.
- Adoção de um Programa para a Cidadania e de mecanismos de Proteção das Vítimas.

Confiança macroeconómica e financeira

A confiança macroeconómica é um activo de suma importância para Cabo Verde, precisando o País de conter a sua propensão para o grande endividamento público.

Garantimos:

- O reforço dos limites à governação económica, através da alteração da Lei do Enquadramento do Orçamento(78/V/98) e aprovação de uma nova Lei de Bases do Orçamento, impedindo que a dívida pública cresça mais do que 80% do PIB nominal e estabelecendo que as operações de crédito não podem ser superiores às de capital.
- O incremento da qualidade e cultura de resultados na realização das despesas públicas, através da consolidação das finanças públicas, exigindo melhorias significativas na eficiência do Estado na utilização dos recursos.
- A imediata reestruturação e privatização dos TACV, mantendo-a como companhia de bandeira, maioritariamente pública e com gestão privada, garantindo a ligação entre as Ilhas, de Cabo Verde com o mundo e com os seus principais mercados emissores para além de explorar o vasto mercado da aviação comercial, nomeadamente, ligando a África aos demais continentes.

- A fixação ao BCV de prazo para a criação imediata do Fundo de Garantia de Depósitos, ao mesmo tempo que o Estado criará um Fundo de Garantia e Avals.
- Um Estado pagador a tempo e horas.

UM PROGRAMA PARA A LEGISLATURA

ECONOMIA

PROSPERIDADE PARA TODOS

O nosso Modelo Económico contempla uma economia geradora de empregos de qualidade, exportadora, diversificada, competitiva, valorizadora dos recursos endógenos e da posição geopolítica e geoestratégica de Cabo Verde. Uma economia centrada no conhecimento, na inovação, na exportação e internacionalização.

O programa económico do MpD perspectiva um Cabo Verde útil ao mundo, atento à sua condição de pequeno país insular, marcado por uma diáspora diversificada e presente em todos os continentes e uma localização no Atlântico geograficamente privilegiada entre a Europa, a África, América do Norte, a América Central e a América do Sul.

O resultado é uma especialização económica centrada na seguinte estratégia:

- Promoção do conhecimento e da inovação, nomeadamente através de contratos para a inovação empresarial.
- Requalificação do Turismo como pilar central da economia cabo-verdiana.
- Transformação de Cabo Verde num centro de operações de logística comercial, de transformação de matérias-primas e de prestação de serviços no Atlântico, servindo de intermediação entre as economias emergentes e regionais e mercados, entre outros, a África Ocidental.
- Promoção de uma Produção Interna com base nas matrizes da nossa cultura, a Agricultura e Pescas e na Indústria Ligeira de Exportação.



- Desenvolvimento de uma estratégia deliberada do alargamento e consolidação da classe média, base do empresariado nacional.

O Turismo é eleito como um dos pilares centrais da economia cabo-verdiana, uma peça chave para o relançamento do investimento privado, do emprego e do crescimento económico. A política para o Turismo será recentrada numa nova dimensão e qualidade que ultrapasse o conceito setorial e atinja a multi-especialização da economia cabo-verdiana.

Toda esta estratégia será suportada numa economia do conhecimento, com competitividade fiscal, previsível, de baixo risco e geradora de rendimentos e de empregos de qualidade, de prosperidade para todos. Esta estratégia vai resultar numa duplicação de rendimentos e no pleno emprego numa década.

O nosso compromisso

- Atingir, pelo menos, 1 milhão de turistas estrangeiros por ano até 2021.
- Crescer em receitas por turista acima da média dos nossos principais concorrentes.
- Chegar a 2021 no top 30 dos países mais competitivos do mundo em matéria de turismo (somos hoje o 86º) e top 5 em África.
- Alinhar a fiscalidade no turismo com os nossos principais concorrentes e criar um ambiente de negócios de excelência.
- Promover as externalidades positivas do turismo através da constelação turismo, agricultura, pescas, cultura e desporto.
- Adotar uma estratégia de extensão turística, agregando valor ao Sol e Praia através de novos segmentos como Turismo de Montanha/Ecológico, Cruzeiros e de Eventos/Negócios.
- Eliminar as principais fraquezas do turismo cabo-verdiano em sede de segurança, requalificação urbana, saneamento, promoção internacional do destino, capacitação dos recursos humanos e unificação do mercado interno.

A ECONOMIA DO OCEANO

TIRAR PARTIDO DA NOSSA CENTRALIDADE NO ATLÂNTICO

Os espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional – o Mar Territorial, a Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 200 milhas – e a plataforma continental, constituem, ao lado do Turismo, um dos principais activos para o futuro desenvolvimento do País.

A extensão da plataforma continental converterá o território cabo-verdiano em cerca de 1.200.000 km².

Os recursos que estes espaços encerram, biológicos, genéticos, minerais, energéticos, entre outros, abrem perspectivas de exploração que podem transformar o futuro de Cabo Verde.

O nosso compromisso

- Fazer de Cabo Verde, nos próximos dez anos, uma nação que valoriza o oceano.
- Tornar o oceano num dos mais importantes contribuintes para a criação de riqueza do País.

CABO VERDE, UM CENTRO DE OPERAÇÕES EM ÁFRICA

A VALORIZAÇÃO DA POSIÇÃO ESTRATEGICAMENTE E GEOPOLITICA

A economia do oceano vai estender-se a outras áreas estratégicas, através de valências geográficas e políticas.



O nosso compromisso

- Cabo Verde útil no Atlântico Médio, um centro de operações em África (centro logístico, centro de transbordo marítimo, centro de tráfego aéreo, centro tecnológico e centro de serviços financeiros e de saúde).
- Concertação estratégica com um conjunto de parceiros africanos e de outros continentes, nos domínios político, de negócios e da segurança.

AGRICULTURA

DA SUBSISTÊNCIA PARA A EMPRESARIALIZAÇÃO

A agricultura tem hoje potencialidades que lhe são fornecidas pelo setor do turismo em expansão e conta com um mercado que pode chegar rapidamente a 1,5 milhões de consumidores, dos quais cerca de 1 milhão com elevado poder de compra. Cabo Verde tem disponibilidade de água para irrigar entre 10.000 e 12.000 hectares de terras de forma permanente e potencialidades de 170 milhões a 180 milhões de m³ de águas de superfície por mobilizar.

A agricultura cabo-verdiana vai mudar de vocação, vai evoluir de uma agricultura familiar para uma agricultura competitiva, através da resolução dos problemas ligados ao acesso aos mercados e ao crédito, aos factores de produção, à qualidade da extensão rural e à organização da cadeia de valor interna.

Promoveremos o desenvolvimento rural numa perspectiva não tradicionalista, mas sim de transformação e modernização do campo como destino de investimentos. O setor agro-pecuário tem potencial para ser um setor estratégico para o futuro do País. O potencial de mercado turístico em termos de alimentação e bebidas já atinge hoje mais de 60 milhões de euros, podendo atingir os 120 milhões de euros nos próximos cinco anos. A nossa ambição é adoptar medidas de políticas públicas para atingirmos 30% desse mercado.

Precisamos, sim, de uma nova abordagem para a problemática de reestruturação de sistemas de explorações, investigação, do acesso à terra, da promoção do empresário agro-pecuário e da modernização da agricultura familiar.

O nosso compromisso

- Levar a qualidade e o bem-estar aos cidadãos e às famílias que vivem no campo.
- Modernizar a agricultura, transformando a agricultura num sector de exportação, gerador de rendimentos e de reconhecimento social.
- Procurar a auto-suficiência alimentar.
- Organizar, unificar e qualificar o mercado agrícola nacional para o abastecimento dos centros urbanos nacionais e dos empreendimentos turísticos e para a exportação.
- Integrar a política agrícola com a protecção do meio ambiente, nomeadamente, no combate à extracção da areia do mar e na protecção das ribeiras, na plantação de árvores e na conservação do solo e da água.
- Investir na hidroponia e na agricultura de estufa.
- Investir no ensino, tecnologias, investigação e desenvolvimento agrícola.

AS PESCAS

UM DOS MAIORES RECURSOS NATURAIS DE CABOVERDE

O potencial haliêutico, segundo as estimativas reconhecidas pelo INDP como sustentáveis, situase entre 36.000 e 44.000 toneladas.

Apesar destas potencialidades, as pescas, particularmente a semi-industrial, precisam de uma nova estratégia que valorize e dinamize o setor e a atividade privada, no quadro do desenvolvimento nacional.



O nosso compromisso

- Assegurar o conhecimento e a exploração sustentável dos recursos vivos do mar.
- Promover o investimento nas pescas e aquicultura como importante elemento do aparelho produtivo e de exportação no quadro da promoção geral das exportações.
- Modernizar e valorizar os processos e circuitos de comercialização dos produtos da pesca e aquicultura, integrando o sector nos cluster do mar e do turismo.
- Definir a plataforma continental para além dos 200 milhas e consolidar a fiscalização e vigilância da Zona Económica Exclusiva.
- Identificar e avaliar os níveis de colaboração, coordenação e integração com outros sectores, nomeadamente o turismo, o ordenamento do território e o mar, objectivando o enquadramento das decisões de investimento.

INDÚSTRIA LIGEIRA RETOMAR A APOSTA

A retoma da aposta na industrialização de Cabo Verde deverá ser concretizada como dimensão essencial do nosso modelo de crescimento económico, por força do contributo que poderá trazer em termos de aumento da capacidade exportadora, da diminuição das importações e da geração de riqueza.

O nosso compromisso

- Aprovação de uma Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e Emprego.
- Dinamização da indústria nacional, reforçando a sua competitividade e elevando o peso da indústria transformadora na economia nacional.

REFORMAS ECONÓMICAS E ESTRUTURAIS

UM NOVO CICLO ECONÓMICO GERADOR DE EMPREGO E RENDIMENTOS

Definido o modelo económico e os setores de especialização estratégica da economia, o MpD compromete-se com as mudanças estruturais impulsionadoras do modelo, desencadeando um novo ciclo económico gerador de emprego e de rendimentos.

A economia tem de estar ao serviço da prosperidade, da criação de empregos e de oportunidades para todos.

O nosso compromisso

- Criar condições para um crescimento económico médio mínimo de 7% nos próximos 5 anos, formatando uma economia produtiva, eficiente, mais global, mais dinâmica e mais internacionalizada.
- Dar à economia o melhor ambiente fiscal da sua história, colocando Cabo Verde, em 10 anos, no TOP 15 do mundo em matéria de competitividade fiscal.
- Eliminar, para as pequenas e médias empresas, assim como para as microempresas, todas as burocracias e impedimentos fiscais.
- Incentivar, ao mesmo tempo, a economia social e solidária.
- Garantir o pleno emprego numa década, levando o desemprego para um residual inferior a 5%, focado na juventude, através da criação de um ambiente de negócios de excelência capaz de gerar mais de 90.000 novos empregos até 2026.
- Reduzir, para tal, o desemprego jovem em Cabo Verde na ordem dos 50% durante a próxima legislatura, através de um programa para a criação de um mínimo de 45.000 novos empregos, complementados com um programa de estágios que deverá abranger cerca de 20.000 cabo-verdianos/ano. Apoiar milhares de jovens com bolsas para a qualificação e estágios que lhes aumentem consideravelmente a probabilidade de emprego.



UM ESTADO AMIGO DA ECONOMIA

UM SERVIÇO PÚBLICO A QUALQUER HORA, DE QUALQUER LADO E PARA TODOS

Para Cabo Verde sair da posição 126^aa nível mundial e 15^aa nível africano, do ranking Doing Business e colocar-se no top 50 e top 5, respetivamente, o MpD vai aplicar uma política de melhoria substancial do ambiente de negócios e do investimento privado.

O nosso compromisso

- Burocracia Zero para reduzir o tempo e os custos do investimento.
- Licenciamento Zero, tendo como contrapartida, uma fiscalização reforçada.
- Declaração Única, instituindo um ponto único para o envio da informação, quando imprescindível.
- Taxa Zero para a Inovação.
- Serviços públicos online dentro do princípio, acesso a qualquer hora, de qualquer lado e para todos.
- Um Estado que paga a tempo e horas, melhorando as transações na economia.

GARANTIR O EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

CENÁRIO MACROECONÓMICO REALISTA

A credibilidade e a confiança são ativos indispensáveis para qualquer País e Cabo Verde não pode fugir a essas regras. A preservação da disciplina orçamental é, não só um compromisso de Cabo Verde para com as instituições internacionais, mas também, uma garantia de sustentabilidade das finanças públicas.

Perante um nível de dívida pública cabo-verdiana excessiva e o elevado peso do Estado na economia, a prudência na definição das políticas para o futuro é uma exigência maior. A dívida pública é hoje superior à dimensão da economia cabo-verdiana, não contribuiu para o alargamento do potencial de crescimento da economia cabo-verdiana, mas aumentou, substancialmente, a perceção do risco País.

O nosso compromisso

- Crescimento económico anual médio num mínimo de 7% a partir de 2017.
- Aumento das receitas fiscais na ordem dos 15% ao ano, traduzidos num aumento adicional de cerca de 2 milhões de contos / ano face às previsões iniciais.
- Eliminação de todos os desperdícios do Estado estimados em mais de 2.000.000 de contos / ano na administração direta e indireta.
- Redução da componente pública no programa de investimentos e aceleração das parcerias público-privadas, com a previsão de que 20 a 25% do programa de investimento público seja financiado via investimento privado/IDE.
- Inscrição na Constituição ou na Lei de Enquadramento Orçamental de um limite à expansão da Dívida Pública.
- A independência total do BCV na condução da política monetária e cambial.



Esse cenário permite financiar o programa do MpD e garantir em percentagem do PIB:

- Um défice orçamental na ordem dos 3%, no final da legislatura.
- Um saldo corrente acima dos 2% positivos, podendo atingir os 3%.
- Um saldo primário na ordem dos 1% negativos.

Este cenário permite ainda um crescimento da despesa em linha com a inflação e uma redução sustentada do rácio da dívida pública de 130% do PIB para valores inferiores a 80% do PIB numa década.

CONVERGÊNCIA COM A UNIÃO EUROPEIA

APROFUNDAMENTO DA

NOSSA PERTENÇA AFRICANA E INSULAR

Cabo Verde tem de servir de plataforma de investimentos europeus, americanos e asiáticos em África.

Do mesmo modo, será promovido o papel relevante e dinâmico dos arquipélagos atlânticos, os Açores, Cabo Verde, Canárias, Madeira e São Tomé e estabelecida uma agenda para a CEDEAO que amplifique a importância de Cabo Verde na CEDEAO, na UE e no mundo focada no comércio, na paz e segurança, regulação das migrações, defesa e promoção dos direitos humanos e cidadania, promoção da saúde, desenvolvimento da educação, livre circulação e diplomacia regional e africana.

Para tal, vamos produzir um quadro normativo adequado à alavancagem da competitividade através de um País previsível e confiável e aproveitar, em particular, a parceria especial com a União Europeia (UE).

O nosso compromisso:

- Adoção da dupla circulação monetária (Euro e ECV) em Cabo Verde.
- Reactivação do travão legal para os limites ao défice e ao endividamento público.
- Integração dos normativos legais e institucionais da UE no direito cabo-verdiano, nomeadamente, no que respeita ao papel do Estado regulador e das entidades reguladoras independentes e a diversas áreas de atividade como ambiente, indústria, agricultura, turismo, pescas, energias, tecnologias e transportes.
- Reforço e o aprofundamento da cooperação monetária e cambial, tendentes a serem estabelecidos:
 - Um Programa de Promoção do Crescimento e Emprego para Cabo Verde.
 - A criação de buffers para a economia cabo-verdiana.
 - Um acordo de livre circulação de bens, capitais, tecnologia e conhecimento.
 - Um acordo de livre circulação progressiva de pessoas.
 - A negociação de um Programa de Apoio Estrutural focado no setor privado e nas exportações.
 - A modernização e adaptação aos normativos da União Europeia em matéria de Justiça, Administração Pública e Segurança.



GARANTIR O FINANCIAMENTO À ECONOMIA PROMOVER O INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

O contexto atual interpela Cabo Verde quanto à necessidade de uma solução urgente para o financiamento da economia cabo-verdiana.

Sobretudo no contexto de graduação de Cabo Verde a País de Desenvolvimento Médio e face à persistência de défices no que respeita ao acesso ao financiamento por parte das micro, pequenas e médias empresas e aos instrumentos de apoio à internacionalização de empresas cabo-verdianas.

Não se trata apenas do acesso ao crédito, mas sim, de desenvolver outros instrumentos de financiamento como o *privateequity*, as ações e obrigações, o *leasing*, o *factoring*, entre outros. Sem investimento produtivo não há crescimento económico sustentável e sem financiamento às empresas não há condições para que estas prosperem e criem empregos.

O nosso compromisso

- Melhorar radicalmente o risco soberano e o risco País para a nota entre BBB e A.
- Adotar medidas para o reforço progressivo dos fundos próprios dos Bancos.
- Reforçar o papel dos instrumentos e incentivos financeiros que permitam melhorar os capitais próprios das empresas, promovendo, nomeadamente, um mercado de capitais mais integrado.
- Diversificar as fontes de financiamento das empresas, visando um custo do financiamento mais competitivo e uma melhoria do seu risco fundamental de crédito.
- Promover um Banco PME de primeira linha, denominada de Sociedade Nacional de Crédito e Investimentos

- Estimular a reorganização das empresas, incluindo o modelo de governação.
- Facilitar o acesso aos mercados de capitais internacionais, preferencialmente através de venture capital, nomeadamente africano, assim como a promoção da livre circulação de capitais, quando se tratar de investimentos produtivos.
- Promover, em articulação com o setor privado, a criação de uma plataforma nacional de aconselhamento especializado ao Investimento, com o apoio das competências da diáspora.
- Reduzir de forma gradual a tributação sobre a poupança.
- Liberalizar a movimentação de capitais em tudo o que respeitar às operações de financiamento.
- Adotar uma profunda Reforma Fiscal.
- Harmonizar as normas e a legislação, sobretudo no quadro da parceria com a União Europeia e da nossa integração económica na CEDEAO.
- Promoção de um Fundo de Capitalização e de Internacionalização das Empresas até ao montante de 30% do PIB, a ser constituído progressivamente, com a utilização da recompra do TRUST FUND pelo Estado para o efeito, de fundos públicos internacionais, das receitas extraordinárias do Estado e dos fundos privados e de instituições internacionais como o Banco Mundial, Sociedade Financeira Internacional, Banco Europeu de Investimentos, Banco Europeu de reconstrução e desenvolvimento, Banco Árabe de Desenvolvimento, Banco Africano de Desenvolvimento, Afreximbank e de parceiros bilaterais como a China, EUA, Luxemburgo, Portugal, de fundos de capitais de risco e soberanos



UMA FISCALIDADE AMIGA DO INVESTIMENTO E DAS FAMÍLIAS

Uma boa política fiscal deve basear-se no princípio de que uma parte essencial do financiamento futuro do país tem de vir do IDE e do investimento da Diáspora. Assim, as nossas soluções do domínio fiscal têm uma ancoragem nos seguintes pilares:

- Atingir o top 15 no mundo em matéria de competitividade fiscal.
- Baixa fiscalidade, elevada confiança fiscal e estabilidade fiscal durante uma legislatura.
- Simplicidade fiscal com taxas “flat” e taxas máximas de 15% a atingir numa década.
- Papel residual dos impostos sobre os rendimentos, respeitando a progressividade e natureza pessoal dos impostos através da dedução à coleta.
- Rede de acordos para evitar a dupla tributação.
- Foco na tributação sobre a despesa IVA e alargamento da base tributária através do combate determinado à informalidade.
- Desagravamento da tributação sobre a poupança e o investimento.
- Ajustamento da tributação sobre o trabalho, tornando-a mais competitiva.
- Administração fiscal altamente competente, eficiente, motivada e dotada de forte capacidade inspectiva e tecnológica.
- Combate à litigância fiscal, à fuga e evasão fiscais, sendo que os dados apontam para dívidas ao fisco no valor de 30% das receitas correntes anuais.

- Promoção da cidadania fiscal através da transparência fiscal e na governação, justificando cada escudo gasto e obrigando que, na compra de cada bem e serviço, os consumidores tenham a informação exata de todos os impostos e taxas incluídos nos preços dos produtos.
- Fiscalidade verde, respeitando o princípio poluidor/pagador, procurando obter um triplo dividendo (ambiente, economia e emprego) e um rebalanceamento quanto à distribuição das receitas públicas entre o poder central e autárquico.

O nosso compromisso

- Taxa Zero em sede de IUR para as micro, pequenas e médias empresas no quadro do programa "pleno emprego";
- Eliminação da contribuição para a segurança social que recai sobre as empresas para estimular o emprego jovem;
- Redução para meio milhão de contos o limite mínimo de investimentos para se ter acesso à Convenção de Estabelecimentos. Introduziremos três majorações. A primeira, em função das ilhas, num quadro de contratualização e de parceria público privado. A segunda, em função dos sectores de actividades. E a terceira, em função do número de empregos directos e indirectos a serem criados durante a construção e exploração.
- Reavaliação dos códigos de IUR, PS e PC.
- Redução do IRS e do IRC em 5 pp. até ao final da legislatura.
- Redução da tributação sobre a poupança em linha com a redução da tributação sobre os rendimentos na ordem dos 5 pp. até ao final da legislatura.
- Eliminação da dupla tributação em sede de dividendos.
- Criação de uma conta corrente entre o Estado e o contribuinte.
- Reforço da transparência fiscal, obrigando a que os preços incluem explicitamente o valor de todos os impostos pagos com a aquisição de um bem ou serviço.



- Afectação da taxa do turismo, de manutenção rodoviária e da taxa ecológica aos municípios/regiões e isenção dos municípios do pagamento do IVA.
- Assinar com todos os países principais emissores de investimentos para Cabo Verde um acordo para evitar a dupla tributação em sede de rendimentos.
- Eliminação de todas as taxas ad valorem.
- Eliminação do imposto de selo até ao final da legislatura, desde que não coloque em causa o excedente orçamental previsto para final da legislatura.
- Compromisso com um quadro fiscal para a legislatura.
- Alinhamento do IVA no sentido da baixa sobre as operações hoteleiras e todo o sistema fiscal com as práticas dos países nossos principais concorrentes na Micronésia e na Bacia do Mediterrâneo.
- Garantia de que, sempre que os dados fiscais de qualquer contribuinte sejam acessado fora dos prazos normais previstos, os visados sejam informados automaticamente, utilizando as TIC s.
- Aprovação de um novo código de imposto sobre o património e avaliação da possibilidade de introdução do IUP progressivo.
- Limite às penhoras, suspendendo a execução fiscal de casas que sirvam de moradia das famílias com menores,devendo as entidades públicas intervir nestes casos e proibição de execução quando em causa estejam dívidas de valor inferior ao do bem que se pretende executar.
- Aposta no reforço e na excelência daAdministração Fiscal(Central e Municipal).
- Reforço do Tribunal Fiscal e Aduaneiro, com a disponibilização de meios e aprovação de uma nova lei sobre a sua organização e funcionamento.
- Limite para os casos de recurso aos tribunais superiores, fixando uma alçada para o efeito.

- Aposta na arbitragem Tributária como alternativa para uma rápida e competente resolução de litígios em matéria tributária, com vantagens para o Estado, os particulares (empresas e pessoas físicas) e a economia.
- Aprovação de uma lei sobre as Holdings viabilizando a domiciliação de grandes empresas internacionais e de empresas inovadoras

UMA NAÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPRESÁRIOS

São as empresas que criam empregos e geram rendimentos. São elas que inovam, produzem e exportam. Sem as empresas não há economia, nem empregos de qualidade e nem rendimentos.

Cabo Verde tem de ser uma nação de empresários e o sector das PME, em perfeita articulação com as grandes empresas, serão a espinha dorsal da nossa economia.

Vamos capacitar mais os nossos cidadãos e sobretudo aqueles que tenham vocação para se tornarem empresários, para terem uma participação mais ampla no mundo económico, garantindo uma melhor partilha da riqueza que criamos como Nação.

O nosso compromisso

- *One stop shop* para as PME.
- Uma Agenda para o Comércio, Serviços e Restauração



TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS

AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

Vamos construir um Sistema de Transportes integrado, competitivo e seguro, com relevante contribuição para a riqueza nacional, a balança de pagamentos, emprego e mobilidade nacional e internacional.

No Setor Marítimo-Portuário

Cabo verde tem condições e deve afirmar-se como um hub logístico do Atlântico, nomeadamente, num terminal de transshipment de contentores a partir do Porto Grande do Mindelo.

Para o efeito, a integração económica de Cabo Verde em África é imprescindível. Cabo Verde precisa, por isso, de uma verdadeira política africana voltada para o desenvolvimento.

O nosso compromisso

- Promover e desenvolver um centro logístico e de transbordo internacional competitivo em São Vicente para a Região Africana e do Atlântico Médio.
- Retomar o processo de Registo Internacional de Navios.
- Promover a criação de Agências Especializadas em Gestão de Pessoal Marítimo afeto às Companhias Internacionais.
- Promover Cabo Verde como um centro de excelência na formação marítima, transformando a escola do Mar num centro de referência de prestação de serviços para todas as valências da economia marítima, dotando-a de um máximo de autonomia.
- Dotar o País de uma frota moderna e segura.

- Garantir linhas regulares inter-ilhas através da concessão de rotas e subsídio por um tempo determinado de rotas não rentáveis, analisando o conjunto de rotas. Caso necessário, o Estado intervirá directamente para garantir o objetivo linhas regulares inter-ilhas de cargas e passageiros, enquanto último recurso, destacando-se as linhas: São Vicente e Santo Antão; São Vicente – São Nicolau – Sal – Boavista; São Vicente – Santiago; Santiago – Fogo – Brava; Santiago – Maio; Santiago – Boavista – Sal; Santiago – São Nicolau.
- Promover a modernização das infra-estruturas portuárias, incluindo rampas Ron-Ro e equipamentos portuários em todas as ilhas de Cabo Verde.
- Relançar a actividade de manutenção naval e promover a atividade de construção naval.
- Privatizar a operação portuária, através de soluções porto a porto ou da concessão em contrato único da totalidade dos Portos de Cabo Verde.
- Criar uma entidade nacional com funções de autoridade portuária, com a responsabilidade de execução da política nacional referente aos portos e pela coordenação das actividades nas áreas portuárias.
- Criar um programa de estímulo e apoio diversificado aos empresários do sector.
- Promover, a nível interno, as sinergias regionais e na nossa sub-região, em especial com o Senegal, a complementaridade entre os portos, favorecendo o transbordo.
- Introduzir outros elementos de competitividade através da promoção de operadores portuários dentro de cada porto, de modo a evitar o monopólio neste domínio de actividade.
- Dar uma grande atenção à capacitação contínua dos marítimos, cuidando da sua formação contínua e da sua actualização, de modo a se erigirem no elemento principal do sucesso da estratégia para o setor.



Nos Aeroportos e Transporte Aéreo

Cabo Verde, aproveitando a sua localização geoestratégica e a sua importância geopolítica, tem condições para assumir a sua centralidade como plataforma de distribuição de tráfego aéreo, complementado com uma zona franca comercial e com um turismo de negócios que pode ser desenvolvido a partir da ilha do Sal.

O nosso compromisso

- Dar continuidade ao processo de abertura do transporte aéreo lowcost, como parte do plano de alternativas e oportunidades económicas para Cabo Verde.
- Fomentar o transporte de carga aérea aeroportuária, através da criação de condições para a instalação de terminais de carga nos principais aeroportos ainda não
- Avançar com o processo de abertura do capital e privatização da TACV depois da sua reestruturação, mantendo a empresa como companhia de bandeira, participando na viabilização de Cabo Verde como plataforma de distribuição de tráfego aéreo de carga e de passageiros, devendo o Estado garantir a ligação entre as ilhas e a ligação do país com a sua diáspora, funcionamento a Ilha do Sal como o epicentro.
- Privatizar e gestão dos aeroportos com o objectivo de alcançar os investimentos e de fazer de Cabo Verde e mais concretamente da Ilha do Sal uma Zona Franca Comercial e uma plataforma de distribuição de tráfego aéreo em pleno Atlântico Médio.
- Investir na excelência da regulação do setor.

- Como parte de um Parque Tecnológico para o Transporte Aéreo a criar no Sal:
 - Instalar um Centro de Manutenção Aeronáutica (Centro MRO) vocacionado para servir, numa primeira fase, os operadores nacionais e, posteriormente, mediante certificação internacional (EASA, FAA), servir operadores de outras partes do globo, designadamente da África Ocidental.
 - Aproveitar o grande potencial de mercado para a formação profissional e académica, para a implementação do Instituto Tecnológico para o Transporte Aéreo na Ilha do Sal.
 - Promover o investimento na indústria ligeira ligada ao transporte aéreo.

Nos Transportes Rodoviários

A abordagem regional, ao nível de cada ilha, do sistema de transportes e infra-estruturas rodoviários é fundamental para diminuir a distância económica entre os concelhos, reduzir a pressão para a concentração urbana nas cidades e distribuir melhor a actividade produtiva, os serviços públicos e os rendimentos pelas diversas localidades.

O nosso compromisso

- Melhorar o serviço de transporte colectivo de passageiros urbanos e interurbanos através da:
 - Criação de um programa de formação dos condutores e a consequente introdução da exigência de carteira profissional para o exercício dessa actividade.
 - Criação de incentivos com vista à melhoria do parque de automóveis utilizados no transporte colectivo de passageiros, com novas opções em termos de capacidade e conforto de passageiros.
 - Debate sobre a introdução do sistema de pontos de penalização para reforçar a segurança nas estradas.
 - Compensação aos operadores pelo passe social via tarifa ou intervenção direta do Estado.



- Promover e assegurar a conservação, exploração e o planeamento do desenvolvimento da rede de estradas nacionais, de modo a oferecer aos cidadãos uma rede de infra-estruturas de transporte rodoviário com condições técnicas de comodidade e segurança.
- Apoiar os municípios na conservação, no planeamento do desenvolvimento da rede de estradas municipais e continuar o processo de desencravamento de localidades.
- Contribuir para a excelência do serviço de automóveis de praça, os táxis e, pelo reconhecimento da importância desse serviço enquanto serviço público em áreas como o turismo, a mobilidade dos cidadãos e o rendimento das famílias, atuar na sua regulação e fiscalização, na criação de incentivos para a reposição de frotas, rádio táxis, taxímetros e materiais para formação, na implementação efetiva da carteira profissional e nos dispositivos que regulam a concessão de licenças.

Nas Infra-estruturas

Os últimos anos têm sido desastrosos em matéria de política de investimentos públicos nas infra-estruturas. É neste setor onde os dinheiros dos contribuintes têm sido mais delapidados, sendo necessário restabelecer a confiança entre as pessoas e as políticas públicas de desenvolvimento das infra-estruturas, apostando na qualidade e eficiência dos investimentos e garantindo o seu impacto sobre o crescimento e o emprego. Aprovaremos uma nova metodologia para a execução dos investimentos públicos.

Uma nova metodologia de programar e de executar as Grandes Obras Públicas

As ineficiências na gestão das obras públicas, os trabalhos a mais, a deficiência fiscalização, a inexistência de um quadro claro para a definição das prioridades obrigam-nos a criar um Centro de Competência e serviços partilhados do Estado.

Neste quadro, promoveremos:

- A aprovação de um plano estratégico de transportes e infraestruturas;
- A unificação e o reforço do centro de competências nas áreas como o planeamento, a apreciação de projetos, a fiscalização da execução, a análise de custo benefícios, os modelos de financiamento e de contratação jurídica comum a todo o Estado, sejam a Administração direta como indireta. Ficará na dependência de uma única estrutura governamental.
- A audição e discussão pública de todas as grandes obras.
- A sujeição, apreciação e aprovação parlamentar do Plano Estratégico das Infraestruturas.
- O parecer obrigatório do Conselho Económico e Social e da Associação Nacional de Municípios em relação ao Plano Estratégico das Infraestruturas.
- Acompanhamento pelo Ministério Público de todo o processo de negociação dos processos mais relevantes de contratação pública.
- Adoção, prioritariamente, da modalidade de parceria público-privada para o financiamento das grandes obras. O ambicioso plano de investimentos que se prevê para as infraestruturas, tendo em conta a necessidade de controlar a dívida pública, obriga a um certo nível de fluxo de IDE para financiar os projetos, ficando, desde já, quantificado em 20 a 25% o financiamento das grandes infraestruturas públicas através desse fluxo.
- Participação activa na busca de financiamento concessional disponível para os pequenos países insulares.



- Garantia de uma boa política de manutenção das grandes obras públicas.
- O sector nacional da construção civil pelo impacto que tem no emprego, assim como a competitividade e internacionalização das empresas de construção civil nacionais.

O nosso compromisso

Aprovar um Plano Estratégico de Transportes e Infra-estruturas para uma década no valor de 1.5 mil milhões de Euros a serem executadas, prioritariamente, no quadro da parceria público privado, de modo a construir um país conetado consigo próprio e com o mundo, aproveitar todas as potencialidades de cada Ilha e afirmar a centralidade do país no Atlântico.

Constarão do Plano Estratégico, entre outras:

- A construção do Aeroporto Internacional de Porte Médio de Santo Antão;
- Ampliação/modernização do aeroporto da Praia;
- A requalificação do Aeroporto Internacional Cesária Évora;
- A ampliação do aeroporto de São Nicolau;
- Investimentos no aeroporto do Sal e da Boavista;
- Ampliação do Aeroporto do Maio em Aeroporto Internacional de Porte Médio;
- Construção de um aeródromo de protecção civil na Ilha De Santiago;
- Ampliação do Aeroporto do Fogo em Aeroporto Internacional de Porte Médio;
- Construção do Aeródromo da Brava;
- Construção da segunda fase do Porto Novo;
- Construção do Terminal de Transbordo no Atlântico Médio, no Lazareto;

- Construção do terminal de cruzeiros do Porto Grande;
- Reabilitação e Ampliação do Porto do Tarrafal;
- Construção da 2ª fase do Porto de Palmeiras;
- Reabilitação do Porto Inglês com a construção de rampa Rol On Rol Of;
- Ampliação do Porto de Furnas;
- Construção de Portos Integrados (Rampa RollonRollOf, Porto de Recreio, Marina, Pesca) de Recreio/Marina em Tarrafal, Ribeira Barca, Hospital Regional na Praia, Estradas;
- Saneamento, Obras hidráulicas em todo Cabo Verde, Parques tecnológicos e Infra-estruturas culturais, desportivos e de saúde.

APOSTA NA INOVAÇÃO

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

CABO VERDE, CENTRO TECNOLÓGICO

REGIONAL DE REFERÊNCIA EM ÁFRICA

Cabo Verde vai desenvolver competências humanas de excelência e aproveitar o seu posicionamento geoestratégico para promover um ambiente de negócios à volta das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e Investigação & Desenvolvimento (I&D), de modo a transformar o País num centro tecnológico regional de referência em África.



O nosso compromisso

- Criação de parques científicos e tecnológicos, lugar por excelência de concentração de know-how e de outros recursos nacionais, num setor específico de actividade económica.
- Reforço dos direitos de propriedade intelectual, incentivando a produção e o registo de patentes.
- Promoção de parcerias entre instituições do ensino superior, empresas e Estado.
- Aumento da participação do Sistema de I&D nas redes internacionais de I&D, apoiando as empresas cabo-verdianas na apresentação de propostas competitivas.
- Estímulo à visibilidade internacional da cooperação das empresas com o sistema de I&D, através de iniciativas conjuntas de diplomacia económica e científica.
- Incentivo ao reforço do investimento empresarial em I&D, com aplicabilidade comercial, bem como, estímulo ao emprego de investigadores no tecido empresarial.
- Apoio às empresas na procura de soluções tecnológicas avançadas, por consulta às instituições de ensino superior e às unidades de investigação nacionais.
- Aposta na I&D para o desenvolvimento de uma Economia Verde e uma Economia Azul, estimulando abordagens pluridisciplinares de I&D.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

BANDA LARGA COMO BEM ESSENCIAL

Em Cabo Verde, cerca de 60% da população não tem acesso à Internet e 80% das famílias não possui um computador em casa.

O País está na 93ª posição no Índice da Sociedade de Informação e gasta apenas 0.07% do PIB em inovação e regista apenas 51 investigadores por cada 1 milhão de habitantes.

Continua ainda na posição 127ª no Índice de Governança Eletrónica de entre 193 países analisados.

O nosso compromisso

- Transformar Cabo Verde em cyber islands.
- Tratar a banda larga como um bem essencial em tudo. Na governação, na comunicação, no comércio, no ensino e na inclusão. As taxas cobradas pela ANAC serão utilizadas para promover a inclusão digital e o desenvolvimento de ideias criativas de jovens no sector das TIC's.
- Promover as TIC's como capacidade para unir o território nacional e ligá-lo ao mundo e garantir um serviço público e privado de proximidade.
- Mudar o contexto nacional em termos de Tecnologias de Informação e Comunicação, caracterizada por uma baixa taxa de penetração de Internet, custos elevados de largura de banda, pouca qualidade e diversidade nos serviços de acesso à Internet, expressiva taxa de analfabetismo digital e deficit legislativo, sobretudo no que diz respeito à segurança e criminalidade informática.
- Regime especial de tarifas aduaneiras para determinados tipos de terminais de acesso, nomeadamente, à rede móvel, de modo a estimular o acesso à internet do mass *market*.



CULTURA DA INOVAÇÃO SOCIEDADE EM REDE, ECONOMIA DO CONHECIMENTO

A regeneração da economia nacional e a retoma de uma trajetória de crescimento duradouro depende fortemente da capacidade do País explorar o seu potencial de inovação, mobilizando não apenas os agentes económicos, mas também os centros de produção do conhecimento e todos os setores que possam contribuir para potenciar sinergias.

O nosso compromisso

- Clarificar o Estatuto do Investigador, visando desenvolver forte motivação e atrair elevado interesse das competências cabo-verdianas e estrangeiras, residentes ou não.
- Criar condições para que as elites na diáspora façam parte dos quadros de elite do País, diretamente ou através das instituições do ensino superior, centros de pesquisa e empresas em que se encontram integrados.
- Incentivar as unidades empresariais para o desenvolvimento de uma forte cultura de inovação e sentido de missão relativamente aos desígnios e futuro do País, na base da integração das opções estratégicas do país com os centros de desenvolvimento do conhecimento e da inovação e os objetivos das empresas.
- Promover a Transição Energética, liderando o processo de transição em curso, nomeadamente na África Ocidental.
- Introduzir a cultura de democratização do acesso ao conhecimento, recuperando os cientistas e investigadores no País e na Diáspora para a produção de conhecimento.
- Reforçar o investimento na inovação e na ciência de modo sistémico – IDI (Investimento, Desenvolvimento e Inovação).
- Promover a inovação no Ambiente, apostando na eco-inovação através de um programa específico de dinamização da investigação, desenvolvimento e inovação em tecnologias limpas e de baixo carbono Promover a internacionalização.

VALORIZAÇÃO DAS ILHAS E DOS RECURSOS ENDÓGENOS

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

É NAS ILHAS ONDE TUDO COMEÇA

Pela sua natureza estratégica e transversal, o Ordenamento do Território vai constituir um instrumento privilegiado de organização e gestão sustentável do espaço nacional, garantindo o aproveitamento durável do solo e das águas territoriais, enquanto recursos ambientais de suporte sob o qual ocorre a localização e a distribuição espacial das infra-estruturas e das actividades económicas e sociais.

O ordenamento do território tem de responder aos objectivos estratégicos:

- Regionalização do País e instalação progressiva da regionalização no País.
- Cada ilha, uma economia, cada ilha, uma solução: transformação de cada ilha numa verdadeira economia competitiva e exportadora em função das suas vocações, seja zona franca comercial, centro de prestação de serviços turísticos e de transportes, hub aéreo ou marítimo, economia oceânica, centro agro-pecuário, centros de domiciliação de empresas, plataforma de negócios para o continente africano, centro internacional de negócios e de sediação de empresas industriais viradas para a exportação, centro de abastecimento, de transbordo, de actividades off shore.
- Utilização do turismo e do mar como eixos económicos principais para o Ordenamento do Território Nacional.
- Medição do resultado final do ordenamento do território em termos do bem-estar dos cidadãos, do equilíbrio e das dinâmicas regionais, da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento do País.



O nosso compromisso

- Adotar um correto ordenamento do território que permita o lançamento de estratégias de desenvolvimento inteligentes, mobilizadoras e sustentáveis.
- Promover a consciencialização de todos os cidadãos para os direitos e deveres em relação ao território e para a necessidade de cada um contribuir para o reforço da qualidade do ambiente urbano e rural, na lógica de que a preservação do ambiente constitui um grande desafio de Cabo Verde.
- Proteger o País das ameaças introduzidas pela atividade humana em todos os domínios, nomeadamente a agricultura, a pecuária, a pesca, a indústria e o turismo, assim como pela concentração e desenvolvimento urbanos.
- Prevenir para os fenómenos naturais que potencialmente podem trazer novos desafios ambientais, designadamente os que resultam das mudanças climáticas e do vulcanismo.
- Manter a população informada e incluir a variável mudanças climáticas nos planos de ordenamento do território, nomeadamente no que respeita aos assentamentos urbanos.
- Tirar vantagens efetivas dos recursos ambientais de Cabo Verde, nomeadamente do clima, do mar, das paisagens e da biodiversidade, em particular da biodiversidade endógena.
- Transformar cada ilha numa economia inteligente em função da sua vocação:
 - Santo Antão, voltada para as pescas, agro-indústria e turismo ecológico de alto valor acrescentado, assim como para a indústria através do desenvolvimento de um parque industrial em Porto Novo.
 - São Vicente, epicentro da estratégia de desenvolvimento da economia do mar, pólo turístico, indústrias ligeiras, plataforma internacional de logística comercial e de prestação de serviços internacionais como o bunkering.
 - Santa Luzia, património natural nacional e reserva de biodiversidade terrestre e marinha de Cabo Verde.

- São Nicolau, destino turístico de alto valor acrescentado, plataforma de pescas e de transformação de pescado e centro agrícola.
- Sal, destino turístico de excelência, plataforma internacional de transportes aéreos e um centro comercial e internacional de negócios.
- Boavista e Maio, destinos turísticos com forte conteúdo local. Maio tem ainda um potencial industrial que será convenientemente explorado.
- Santiago, centro internacional de negócios, pólo turístico, agro-indústria, pescas e indústria ligeira.
- Fogo e Brava, destinos turísticos de alto valor acrescentado, devendo a Ilha do Fogo ser transformado num pólo agro-industrial e piscatório.

AMBIENTE

UMA POLITICA VERDE PARA CABO VERDE

O MpD reconhece que a gestão sustentável dos recursos ambientais, a reorganização territorial e o usufruto de uma qualidade ambiental adequada devem constituir a principal linha de orientação estratégica de Cabo Verde.

O nosso compromisso

- Responsabilidade ambiental, visando legar às gerações vindouras um País onde a qualidade ambiental e de vida sejam valores assumidos.
- Justiça social, em que o consumo dos bens ambientais deve ser objecto de acesso e distribuição equilibrada por toda a população.
- Solidariedade, em que os custos associados à protecção ambiental, à organização territorial e ao fornecimento de determinados bens e serviços devem ser baseados em princípios de justiça distributiva e competitiva.



- Responsabilidade partilhada, em que a responsabilidade pela protecção do ambiente e organização territorial é um assunto que envolve a administração pública, os consumidores, os produtores, os privados, as organizações da sociedade civil e toda a população, enquanto dever de cidadania.
- Revisão imediata da legislação e procedimentos inerentes à disponibilização dos recursos do fundo do ambiente para o financiamento de projectos ambientais, tendo em vista maior transparência e equidade na gestão, assim como a sua municipalização.

BIODIVERSIDADE

AS ILHAS E O MAR SÃO A NOSSA CASA

O nosso compromisso

- Preservar a Biodiversidade e o seu valor em termos de flora, fauna, genes e ecossistemas disponíveis.
- Promover a Biodiversidade como base de recursos ambientais para a promoção da actividade económica, designadamente, na agricultura, pecuária, silvicultura, turismo e pesca.

ÁGUA E SANEAMENTO

O DESENVOLVIMENTO SADI DA URBE

Cabo Verde deve dar uma atenção muito especial ao saneamento e preparar-se convenientemente para os novos desafios que a regulação e a gestão da água vão colocar à comunidade das Nações.

O nosso compromisso

- Promover um sistema de saneamento capaz de responder às exigências fundamentais de salubridade e de ambiente sadio, assumindo a salubridade ambiental como um dever e um direito de todos, indispensável à segurança sanitária e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.
- Proporcionar, através do saneamento do meio, um ambiente saudável aos que escolheram o nosso País como destino preferencial.
- Promover uma economia circular, aproveitando os resíduos como fonte renovável.
- Melhorar a Regulação, defender o Oceano e criar um Fórum da Água.
- Aumentar e modernizar as estruturas de drenagem das águas residuais domésticas e pluviais do território nacional, regularização das ribeiras, construção de diques de retenção e de pequenas barragens.
- Ultrapassar todas as metas dos objectivos do Desenvolvimento do Milénio pós 2015 para o setor da água.
- Assegurar a gestão eficiente do sistema nacional de abastecimento de água potável às populações e promover o alargamento da rede de ligação domiciliária de água potável a todas as localidades, com o objetivo de acesso universal e equilibrado à água potável para todos.
- Assumir a eficiência hídrica como um vetor prioritário para a eficiência de recursos.



SOBERANIA

A DEMOCRACIA CABO-VERDIANA

REPOR A CONFIANÇA ENTRE OS CIDADÃOS E AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

A democracia cabo-verdiana tem fundamentos sólidos, nomeadamente uma Constituição moderna, um quadro legal abrangente e, de um modo geral, em convergência normativa com a União Europeia e a prática de um quarto de século de um sistema de governo ao qual podem ser creditadas a estabilidade política e social e a alternância democrática.

O MpD, que desempenhou o papel principal na sua instauração em Cabo Verde, acredita que a democracia é essencial ao desenvolvimento e ao progresso e bem-estar dos cabo-verdianos.

Perante os graves desvios e atropelos ao Estado de Direito Democrático levados a cabo pela maioria atual, o MpD assume o compromisso indeclinável de tudo fazer para que a democracia cabo-verdiana satisfaça, cada vez mais, as legítimas aspirações dos cabo-verdianos e se aproxime naturalmente do nível das democracias mais avançadas.

O nosso compromisso

- Consolidar a democracia através de uma revisão pontual da Constituição, incitando os seus deputados a, no período de revisão ordinária em curso, debater e consensualizar com a sociedade os elementos julgados necessários ao aprofundamento do nosso percurso democrático.
- Promover uma sociedade civil autónoma, participativa e forte, revalorizando o papel das Igrejas.
- Aprofundar o debate sobre o sistema eleitoral, envolvendo especialistas, atores políticos e a sociedade civil.
- Garantir a liberdade, a independência, a objetividade e o pluralismo social e político dos conteúdos e a independência dos jornalistas na Comunicação Social pública, que deverá funcionar como referencial das boas práticas na liberdade de imprensa, de informação e de expressão e garante de um serviço público de informação à sociedade, de qualidade excelente.

- Incentivar e apoiar o surgimento e desenvolvimento de uma comunicação social privada plural em benefício da sociedade cabo-verdiana, designadamente na sua modernização tecnológica, na formação dos recursos humanos e na distribuição de jornais e revistas.
- Despartidarizar a Administração Pública.

UM NOVO MODELO DE ESTADO

UM ESTADO INTELIGENTE, PARCEIRO E FEDERADOR

A nossa visão é de um Estado parceiro, regulador, visionário, supletivo e com capacidade de autoridade e promotor da iniciativa privada e das organizações da Sociedade Civil, nomeadamente das Igrejas nas áreas da educação e da formação, da saúde e das políticas de inclusão e de inserção social.

O nosso compromisso

- Promover e organizar, em sede do Conselho Económico, Social e Ambiental, o debate sobre as reformas a introduzir no sistema político.
- Garantir um programa de aprofundamento da descentralização territorial, suportado num largo consenso político e social.
- Avançar, decididamente, para a regionalização, como elemento estruturante e essencial da reforma do Estado e de acordo com o modelo defendido pelo MpD desde a sua fundação, no quadro de uma descentralização que confira às ilhas o poder efetivo de tomarem decisões relevantes e fundamentais para o seu desenvolvimento humano equilibrado, no contexto de um Estado unitário sem assimetrias significativas entre as suas parcelas naturais.
- Assegurar a estabilidade da legislação estruturante, nomeadamente em matéria fiscal, económica e de investimento, garantindo aos investidores a previsibilidade e confiança absolutamente indispensáveis ao investimento.



- Induzir uma nova ética e atitude administrativas e promover um Estado transparente e ao serviço das pessoas e das empresas, de modo a edificar uma Administração capaz de criar um ambiente de negócios que propicie o desenvolvimento empresarial e o investimento privado enquanto fatores de criação de emprego e de desenvolvimento.
- Promover a excelência e a despartidarização na direção administrativa do aparelho do Estado, respondendo ao apelo da sociedade cabo-verdiana à construção de um Estado-Administração com base no mérito e realização profissional.
- Assegurar o pagamento a tempo e horas das dívidas da Administração Pública aos particulares, de modo a evitar que a economia seja privada de recursos que poderiam contribuir para gerar empregos e desenvolver o País.
- Alargar e aprofundar a utilização da era digital -*i-Government*, dentro da visão de que a conectividade digital introduz ganhos de produtividade e de qualidade de vida.
- Reduzir a dimensão do Governo e da correspondente Administração aderente.
- Reavaliar o sistema de regulação e estatístico e adotar um novo modelo de nomeação dos órgãos do Banco de Cabo Verde e do Instituto Nacional de Estatísticas.
- Preparar-se melhor para situações de desastres naturais e calamidades públicas, reactivando a capitalização dos fundos soberanos criados para fazer face a choques externos e a situações de desastres naturais e calamidades públicas (erupções vulcânicas, temporais, secas extremas, entre outros).

SEGURANÇA

UM ESTADO SEGURO E UMA JUSTIÇA EFICIENTE

A segurança entendida como ordem pública e esforço comum na proteção física e da liberdade e propriedade da comunidade e de cada um dos seus membros foi, historicamente, a razão determinante da organização dos agregados humanos em Estado.

O MpD vai executar uma política de segurança focada no Homem, que a aborde de uma perspectiva global e integrada, abrangendo em termos conceituais, além da segurança pública e do combate à criminalidade, a segurança jurídica, a segurança social, a saúde pública, a segurança alimentar, a preservação do ambiente, a segurança nos transportes, a proteção vegetal e florestal, a proteção civil, as questões macroeconómicas com reflexos na vida e no conforto do povo das ilhas e a cooperação internacional para a segurança.

O nosso compromisso

- Tolerância zero para com a criminalidade.
- Ação sobre as incivildades como fator essencial de degradação da segurança ao atuarem como elo central da cadeia que une os fatores socioeconómicos ao cometimento de crimes.
- Política de segurança focada no Homem, com uma abordagem global e integrada, através de uma profunda reforma do setor.
- Motivação dos agentes de segurança, que passa pela resolução imediata dos problemas enfrentados por esses profissionais, nomeadamente, o seu estatuto, promoções, as suas condições de trabalho, formação e outros meios de dignificação e motivação profissional.
- Fiscalização e controlo do nosso espaço marítimo e participação em sistemas internacionais de combate aos tráfegos internacionais de droga, de armas e de seres humanos.
- Novo paradigma e nova governança do combate ao crime e da segurança com base em oito eixos estratégicos:
 - Mudança radical na conduta do próprio Estado em matéria de segurança.



- Socialização da necessidade do combate ao crime, da necessidade da segurança e da observância das regras de conduta na sociedade.
- Política de apoio e de responsabilização das famílias pela educação dos filhos.
- Aprofundamento e reforço do modelo da polícia de proximidade.
- Reação policial e penal mais eficaz e mais célere.
- Uma política, uma estrutura e um modo de atuação especificamente voltados para o combate à criminalidade organizada.
- Uma política de combate a certos tipos de fenómenos que desempenham papel catalisador do crime, tais como o alcoolismo e o consumo de drogas.
- Criação de uma Polícia Municipal bem organizada, apetrechada e formada, na base do que a Constituição prevê e no que o ordenamento jurídico cabo-verdiano confere ao Poder Local.
- Proteção civil eficaz e eficiente na linha de que, num país arquipelágico, cujas águas interiores são, em alguns casos, corredores de tráfego marítimo internacional em mar alto, com um vulcão ativo e uma história de erupções, na trajetória de furacões e tempestades, é crucial dispor de um sistema de proteção civil adequado e articulado.

UMA JUSTIÇA EFICIENTE E CÉLERE

A justiça hoje é encarada sob uma grande variedade de aspetos, pelos seus múltiplos efeitos na sociedade.

Para além de ser elemento nuclear do Estado de Direito Democrático, trave mestra do regime, garantia da paz social o mundo de hoje, da economia global, deu-se conta de que não há desenvolvimento económico sem um sistema de justiça razoavelmente eficaz e eficiente.

O nosso compromisso

- Trazer a Justiça para o centro da política, promovendo a alteração do regime e procedimento do Debate sobre a Situação da Justiça.
- Apostar no combate à morosidade nas decisões judiciais, na convicção de que só uma justiça que responda às nossas preocupações em tempo oportuno pode ser justa.
- Dotar a justiça de meios, estruturas, leis e atitudes para fazer face a outras ineficiências da Justiça, nomeadamente:
 - Dotar efetivamente o sistema judiciário de recursos em novas TICs, permitindo, por exemplo, a generalizada gravação de audiências, a videoconferência e a informatização dos processos.
 - Capacitar os Tribunais e o Ministério Público, colmatando insuficiências reais, nomeadamente, na formação, qualificação e especialização dos magistrados e oficiais de justiça, no número de juizes, de procuradores e de oficiais de justiça, nos modelos de recrutamento e acesso em todas as carreiras das magistraturas e na nomeação de administradores nos Tribunais de maior movimento.
 - Garantir aos magistrados, acesso fácil a fontes legislativas e informação especializada e conferir aos magistrados, num quadro de razoabilidade e equilíbrio, condições materiais de uma efetiva independência.
 - Instalar rápida e efetivamente os departamentos da Procuradoria Geral da República previstos na sua Lei orgânica.
 - Assegurar a formação, qualificação e especialização dos magistrados e oficiais de justiça, no âmbito de um programa nacional de formação regular e permanente de magistrados e de oficiais de justiça.
 - Levar os tribunais a um nível inframunicipal, através da instituição e da gradual mas efetiva implantação de organismos de rápida resolução de pequenos conflitos e de sanção de incivildades e contra-ordenações.



- Especializar a justiça comercial e econômica, bem como a justiça administrativa/fiscal em ordem a uma maior celeridade e oportunidade na resolução efetiva dos litígios, nas comarcas de maior movimento processual.
- Aproximar a justiça tributária dos contribuintes e facilitar o acesso à mesma dos contribuintes individuais.
- Especializar a justiça executiva nas comarcas de maior movimento, em ordem a agilizar o processo executivo, ciente do seu impacto na economia e na sociedade.
- Instalar, rápida e efetivamente os Tribunais da Relação.
- Assegurar a autonomia financeira do Poder Judicial, reformando o sistema do Cofre Geral de Justiça.
- Garantir aos cidadãos os direitos constitucionais à informação jurídica e ao acesso à justiça, independentemente da sua condição financeira.
- Verificar o desempenho dos magistrados e oficiais de justiça e incitar à sua produtividade, fazendo instalar e funcionar rápida e efetivamente, como serviços independentes, as Inspeções Judicial e do Ministério Público, responsabilizar disciplinarmente os magistrados e oficiais de justiça por inatividade processual injustificada e incentivar, em termos de carreira e formação, os magistrados e oficiais de justiça que se revelem mais produtivos.
- Reformar o sistema de execução de penas criando um tribunal de execução de penas de âmbito nacional e dota-lo de mecanismos e recursos e condições para a instituição e aplicação mais ampla de penas alternativas à de prisão em estabelecimento prisional, bem como, colocando a ressocialização e reinserção dos reclusos no centro do sistema de execução de penas.
- Promover a mediação e a arbitragem voluntárias como mecanismos alternativos de resolução de litígios.

DEFESA

GARANTIR A DEFESA NACIONAL NUM CONCEITO DE TERRITÓRIO MAIS ALARGADO

Em matéria de defesa nacional o MpD pressupõe os princípios fundamentais da Constituição e tem sobretudo em conta que o espaço territorial é, na sua parte maior, constituído pela nossa ZEE e pelo espaço aéreo a ela sobrejacente.

Cabo Verde é um país de paz, que mantém excelentes relações de vizinhança e nada faz prever que possa ser objecto direto de alguma agressão externa.

Mas não está, como nenhum Estado pode hoje estar, imune a ameaças do terrorismo internacional, particularmente em zonas de concentração de turistas estrangeiros.

O nosso compromisso

- Incluir no âmbito dos programas de educação para a cidadania a promoção da cultura de defesa nacional e a promoção das Forças Armadas como instituição republicana, despartidarizada e subordinada aos órgãos de soberania legitimados.
- Promover, junto da sociedade cabo-verdiana como instituição fundamental do Estado de direito democrático e organização de referência, disciplinada, eficaz e eficiente.
- Eliminar os resquícios de partidarização das Forças Armadas, designadamente promovendo para que atos simbólicos que lhe digam respeito, que organize ou em que participe tais resquícios desapareçam (por exemplo, não é aceitável um desfile militar em que figurem duas bandeiras nacionais; tal como não é aceitável que o Dia das Forças Armadas se reporte a uma data anterior à Independência).
- Reavaliar e, se necessário, rever o serviço militar obrigatório, no seu conteúdo, extensão e abrangência.



- Reavaliar e, se necessário, rever o conceito estratégico de defesa nacional focalizando a missão das Forças Armadas na:
 - Preparação para prevenção e reação militar contra eventuais ameaças ou agressões externas de grupos terroristas.
 - Vigilância, fiscalização e defesa espaço marítimo nacional, designadamente no que se refere à utilização das águas arquipelágicas, do mar territorial e da zona económica exclusiva.
 - Operações de busca e salvamento.
 - Colaboração com as autoridades policiais e outras componentes na proteção do meio ambiente e do património arqueológico marinho, na prevenção e repressão da poluição marítima, dos tráfegos e de outras formas de criminalidade organizada e, bem assim, nas situações de reposição da ordem pública que exijam meios excecionais e excedam a capacidade intervenção das autoridades policiais.
 - Participação no sistema de proteção civil.
 - Colaboração em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades e melhoria das condições de vida das populações.
 - Defesa da ordem constitucional e das instituições democráticas.
- Adaptar os dispositivos de forças de defesa, organizando-as à volta de uma unidade de fuzileiros navais, uma unidade de engenharia militar e uma guarda nacional, paramilitar e dotada de acesso a meios marítimos e aéreos.
- Promover a inserção de Cabo Verde em sistemas sub-regionais, regionais e internacionais de defesa e segurança, garantindo um consenso político e social alargado, admitindo em casos específicos o referendo.

A POLÍTICA EXTERNA

UMA NOVA DIPLOMACIA

O País mudou muito e o mundo ainda mais. Impõe-se, por isso, uma política externa diferente que se adapte e se adequue aos novos contextos nacional e internacional.

À clássica diplomacia da ajuda tem de suceder a diplomacia económica, a diplomacia cultural e comunitária, como imperiosa necessidade do desenvolvimento de Cabo Verde num Mundo globalizado. Por outro lado, surgiram novas dinâmicas transnacionais, novas ameaças, novos riscos globais, que têm transformado o panorama internacional e determinam uma nova visão do mundo e das relações entre países e regiões.

Neste contexto, Cabo Verde tem o desafio crucial de reequacionar os elementos que configuram a sua política externa, perspetivando-a num novo paradigma, levando-a por novos caminhos, alternativas e espaços de cooperação e cumplicidade estratégica que permitam a inserção segura e vantajosa do País no Mundo.

O nosso compromisso

- Conceber uma estratégia articulada e coerente de política externa, na perspectiva de transformar Cabo Verde num Centro Internacional de Prestação de Serviços em África, de posicionar o País como player fundamental no quadro da construção da segurança e defesa internacional e de continuar Cabo Verde através da sua diáspora, enriquecendo e diversificando as parcerias.
- Nessa coerência, rejeitar arranjos pontuais e oportunistas que firam os pressupostos do seu engajamento na construção de um mundo mais democrático e mais seguro ou possam por em perigo a sua credibilidade internacional.
- Ser mais proactiva, designadamente através (i) de um acompanhamento maior das conjunturas e das linhas de força da política internacional, seguindo de perto as tendências e dinâmicas, (ii) de um maior engajamento nas organizações internacionais, de modo a reforçar o poder negocial do país, através de profissionais especializados, (iii) da tomada de posição clara em relação a importantes assuntos globais e (iv) de uma reação rápida aos acontecimentos e dinâmicas inesperados de forma a salvaguardar objetivos e prioridades;



- Incluir a formulação de políticas setoriais (ambiente, segurança, cultura, economia) de modo a reforçar o seu posicionamento junto das instâncias regionais e internacionais.
- Cultivar uma política de boa vizinhança, valorizando a nossa dimensão africana, assente no respeito e interesse mútuos, no diálogo, na concertação e na busca de plataformas de entendimento mutuamente vantajosas com os Estados da África, nomeadamente do norte e do oeste e os Estados ou regiões insulares do Atlântico médio, salvaguardando as especificidades de Cabo Verde.
- Encarar com determinação e criatividade os desafios e oportunidades decorrentes do estatuto de país de rendimento médio, da integração sub-regional, da parceria especial com a União Europeia e da inserção dinâmica e criativa na economia global.
- Promover a inserção positiva de Cabo Verde em sistemas de segurança coletiva e cooperativa, como sujeito útil, confiável e participativo na configuração de um clima de estabilidade e segurança internacional;
- Participar ativamente nas instâncias multilaterais de defesa e promoção da paz, da ética, dos Direitos do Homem, da Democracia, da justiça social, da igualdade de género e de outros valores civilizacionais;
- Promover a institucionalização de um debate parlamentar anual sobre a Política Externa.
- Desenvolver capacidades institucionais e humanas de excelência e criar um Instituto Diplomático, enquanto ThinkThank aberto.
- Desenhar políticas para, mais especificamente, responder às seguintes questões:
 - Maior atenção à problemática de pequeno País Insular, propondo, inclusive, um Fórum Económico e Social, anual, em parceria com os sistemas das Nações Unidas, para abordar as várias dimensões dos pequenos Estados Insulares.
 - Criação de um Ministério para as Relações Externas e Assuntos Africanos no quadro de uma nova valorização política e económica de África.

- Reforçar as pontes com os PALOP, promovendo um salto qualitativo nas relações estratégicas com Angola, uma cooperação mais estreita com São Tomé e Príncipe e um diálogo político intenso com a Guiné-Bissau.
- Ser proactivo na CPLP, aprofundando o diálogo político e a cooperação nos mais variados domínios com Portugal, nosso parceiro seguro desde sempre, potenciando as relações de amizade e cooperação com o Brasil e lançando uma cooperação especializada com Timor Leste.
- Reforçar o diálogo político e a cooperação com os nossos parceiros de vanguarda, no caso, Luxemburgo, pequeno país desenvolvido, nosso parceiro seguro e eficiente desde há muito, os Estados Unidos de América, a nível da consolidação da democracia, da melhoria do ambiente de negócios, da paz e da segurança no Mundo e a República Popular da China, parceiro privilegiado ao longo dos tempos, podendo o arquipélago ser útil na sua relação com a África e destino do investimento direto chinês.
- Alargar horizontes na Ásia, pela diversificação da sua política externa e as suas relações de cooperação direcionando-as para países como Singapura, Japão e Coreia do Sul.
- Promover a colocação de quadros nas Organizações Internacionais.

DIÁSPORA

NOVOS COMPROMISSOS

O MpD sempre considerou que a Nação cabo-verdiana ultrapassa em muito as fronteiras físicas e a população residente no País, para se projetar através da nossa diáspora na Europa, nas Américas, na África, em todo o Mundo.

A diáspora cabo-verdiana é um dos nossos maiores ativos. Representa conhecimento, mercado, capital e rede. Representa perseverança, capacidade adaptativa, espírito empreendedor e competitivo. Estes são ingredientes imprescindíveis ao desenvolvimento. Temo-los na nossa diáspora!



O nosso compromisso

- Despartidarizar as questões relativas às comunidades emigradas e afastar as Embaixadas e os Consulados da política partidária.
- Assumir as comunidades cabo-verdianas emigradas como uma das tarefas prioritárias do Estado no desenvolvimento das relações externas.
- Aprovar um estatuto específico de Investidor Emigrante.
- Desgovernamentalização do Conselho das Comunidades Cabo-verdianas.
- Criar um Consulado Online e fixação de prazos para a emissão de documentos e desembaraço aduaneiro e melhorar o atendimento nas Embaixadas, nos Consulados e nos Serviços em Cabo Verde, incluindo uma inspeção anual ao desempenho dos mesmos, nomeadamente, através de inquéritos junto das comunidades emigradas.
- Desenvolver uma nova diplomacia dirigida às comunidades cabo-verdianas emigradas nos planos sociais, de integração e de desenvolvimento, com destaque para as nossas comunidades em África.
- Colocar a Diáspora como um elemento-chave da economia do conhecimento, aproveitando melhor as elites cabo-verdianas espalhadas pelo mundo.
- Aproveitar a Diáspora como elemento de preservação e valorização cultural.
- Integrar no perímetro das políticas sociais a Diáspora Cabo-verdiana.
- Abordar a problemática dos deportados na perspectiva da prevenção e da integração
- Duplicar a cobertura com o complemento de pensão aos idosos que vivem na pobreza extrema, nomeadamente em São Tomé.

SOCIAL

VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E QUALIDADE DE VIDA

EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Construiremos um sistema educativo integrado no conceito de economia do conhecimento que, desde a base até ao topo, encaminhe os jovens para um grande domínio das línguas, das ciências, das tecnologias e para um perfil cosmopolita na sua relação com o mundo, portador de valores e de preparação para a aprendizagem ao longo da vida, cultura de investigação, experimentação e inovação.

O nosso compromisso

- Escolaridade obrigatória e gratuita de 12 anos, mantendo os jovens dos 4 aos 18 anos no sistema de ensino, para que o cabo-verdiano tenha uma competência de 12 anos de português, matemática e ciências, 8 anos de inglês e francês, 8 anos de ciência informática, 5 anos, em opção, de mandarim, espanhol ou alemão, para além de uma profunda formação em história, cidadania e cultura.
- Garantia de frequência do pré-escolar para todas as crianças dos 4 a 6 anos.
- Promoção de inclusão de crianças com Necessidades Especiais de Ensino, a exemplo da criação de equipa multisectorial nas escolas, formados por psicólogos, assistentes sociais e professores especializados.
- 40% de oferta de Ensino Técnico Profissional como parte do Ensino Obrigatório em articulação com as empresas, associações empresariais e curriculum universitário.
- Escolas secundárias como unidades de gestão autónomas e com maior liberdade curricular obtida através de um misto de disciplinas obrigatórias e facultativas de acordo com a realidade regional.



- Programa social e escolar de combate ao abandono e ao insucesso escolar e reestruturação da FICASE, transformando-a num serviço de apoio.
- Requalificação dos professores, sua motivação para a formação superior e melhor aproveitamento dos cérebros cabo-verdianos na diáspora.
- Promoção do conhecimento ao mais alto nível, passando pela qualificação e regulação das instituições do ensino superior e pelo desenvolvimento de boas parcerias internacionais, bem como pela oportunidade de colocação das competências do país nas melhores escolas do mundo.
- Reorganização da UNI-CV com base no modelo de escolas, garantia de autonomia de gestão para as unidades escolares e especialização de acordo com o programa estratégico do País a exemplo da Escola do Mar.
- Forte promoção da investigação científica nas instituições do ensino superior e da internacionalização do ensino superior cabo-verdiano.
- Meta de pelo menos 30%, a médio/longo prazo, dos cabo-verdianos de 30 a 34 anos com formação superior.

Mais especificamente,

Educação Pré-escolar para todas as crianças e com qualidade

- Subsidição dos mais necessitados de modo a promover a inclusão de todas as crianças dos 4 a 6 anos;
- Integração do Pré-escolar no sistema formal do ensino;
- Consolidação da carreira profissional dos educadores do pré-escolar, nomeadamente, através de programas de formação e enquadramento salarial.

- Melhoria dos serviços a nível central e das coordenações regionais, com foco nas suas atribuições, competências e autonomia, aprovação dos parâmetros curriculares da educação pré-escolar e fiscalização das actividades educativas nos estabelecimentos.
- Melhoria da articulação entre o pré - escolar e o ensino básico, evitando as atuais mudanças bruscas de conteúdos, de metodologias, de posturas e de ambiente físico.
- Incentivos à participação dos privados na abertura de estabelecimentos do pré-escolar.

Um Ensino Básico eficaz e sem abandono escolar

- Efectivação imediata do alargamento da escolaridade básica obrigatória para 8 anos, gratuito, com professores e carta escolar adequados a esse nível de escolaridade.
- Introdução do inglês, francês e ciência informática a partir do quinto ano de escolaridade, bem como o reforço da educação para os valores e a valorização das aprendizagens de base (lecto - escrita e matemática).
- Reforço do combate ao abandono e ao insucesso escolar, nomeadamente, através de aulas suplementares, reforço do acompanhamento pedagógico e dos apoios sociais.
- Maior dignificação da classe docente, nomeadamente, pelo incentivo à formação superior, pela rápida solução das reclassificações, progressões e outras questões pendentes e requalificação das escolas e de trabalho nas salas de aula.
- Implementação da abordagem avaliativa e formativa por competências e reformulação e adequação do sistema da avaliação das aprendizagens.
- Disponibilização de bibliotecas de turma nos pólos e de outros recursos didácticos, nomeadamente digitais, tudo acompanhado do reforço do apoio e seguimento pedagógico a nível concelhio.
- Reforço das parcerias entre a escola e a comunidade e reestruturação do serviço de apoio sócio - escolar.



Um Ensino Secundário amigo da economia, do emprego e do ensino superior

- Desenho e execução de uma nova matriz curricular.
- Grande aposta no ensino técnico/profissionalizante, visando a obtenção de ganhos sistémicos de eficácia e qualidade na oferta educativa.
- Promoção das escolas como espaços privilegiados da educação para os valores/cidadania, transformando a prática educacional e formativa num veículo dos valores democráticos, cívicos e culturais, bem como de factor de coesão social.
- Dotação de maior autonomia às escolas públicas e de incentivos ao investimento privado, tudo acompanhado do reforço da inspeção e avaliação das unidades escolares.
- Melhoria da eficácia interna do sistema de ensino, com efeitos na redução das taxas de insucesso e abandono escolar, apostando numa abordagem personalizada e inclusiva do ensino.
- Melhoria na gestão dos recursos humanos, promovendo condições de vida e de trabalho mais dignificantes dos docentes, tornando competitiva a profissão de docência num quadro de exigentes requisitos de capacitação.

Um Ensino Superior de Qualidade, ligado à Investigação e Internacionalizado

- Dinamização de um ensino superior de qualidade e de um perfil sistémico ensino superior/ciência/investigação & desenvolvimento, nomeadamente, com uma regulação eficaz, reavaliação dos estatutos do professor e do investigador do ensino superior, criação de um Fundo Nacional de Apoio à Pesquisa, incentivo a programas de intercâmbio entre instituições do ensino superior cabo-verdianos com instituições estrangeiras congéneres de alto *standard* internacional, promoção do ensino nas modalidades de *e-learning* *b-learning* e criação de pólos de ensino à distância em determinadas regiões do País.

- Desenvolvimento de Recursos Humanos Altamente Especializados e o com o apoio de Programas de Cooperação Estratégicos a negociar com entidades de excelência.
- Apoio e incentivos ao cidadão, com destaque para o reforço do programa de bolsas de estudo, a instituição de linhas de crédito para empréstimos com juros bonificados, o incentivo à criação de Livrarias Escolares, através de facilidades de importação e de venda de livros didáticos e acadêmicos e a promoção da equidade do acesso, nomeadamente, através de apoios no transporte, alojamento e acesso às cantinas com senhas apoiadas pelos Serviços de Acção Social.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Não há futuro sem ciência! Para o desenvolvimento das nações mais avançadas, o maior trunfo tem sido os centros de I&D, alavancados na cooperação intrínseca e permanente entre o Estado, Instituições do Ensino Superior e as Empresas e viradas para a inovação permanente da oferta, satisfação da procura e competitividade nos mercados nacionais e internacionais.

O nosso compromisso

- Desenvolvimento de Centros de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+i) com focos parcerias público-privadas, reunindo o Estado, as Instituições do Ensino Superior, os Parques Científicos e as Empresas.
- Criação de uma Agência da Ciência e da Tecnologia.
- Instalação de diversos Parques Tecnológicos e Científicos em áreas como o Mar e a Biodiversidade, a Saúde, o Ambiente, as Energias Alternativas e a Água.
- Incentivos fiscais na importação de equipamentos e no estímulo à inovação e investigação empresarial em áreas de competitividade internacional.
- Disponibilização de recursos financeiros e materiais para o incentivo da investigação básica, nomeadamente, na cultura e história cabo-verdianas.



FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O MPD advoga um sistema de formação profissional dual em que uma parte de formação se dá nos centros de formação e escolas profissionalizantes e a outra nas empresas, propiciando, por essa via, aos formandos uma habituação ao ambiente real de trabalho. Para isso, vão ser criadas as condições para que essa estratégia possa vingar, devendo ser estabelecidos protocolos de entendimento entre o Estado e as empresas.

O nosso compromisso

- Criação de uma Comissão Interministerial de Emprego e Formação, cuja finalidade consistirá em identificar e coordenar as políticas de formação profissional.
- Edição de um Plano Indicativo de Empregabilidade e Remuneração para o ensino superior e o ensino profissional com base em estudos das necessidades do mercado em mão-de-obra qualificada, das qualificações e remunerações dos trabalhadores.
- Promoção de Programas de Formação Profissional, direccionados para setores com baixo nível de qualificação, em especial para as pescas, agricultura e agro-pecuária.
- Reforço dos mecanismos de certificação de cursos de formação profissional, de modo a garantir o reconhecimento social dessas qualificações.
- Adoção de medidas de políticas que garantam o financiamento do sistema de formação profissional e a sua sustentação.
- Promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho através de 20.000 estágios profissionais contratados junto das empresas e outras instituições.
- Organizar um plano de formação específica para promover a empregabilidade dos desempregados de longa duração e dos desempregados com formação superior.
- Dupla certificação de grau académico aos níveis de ensino profissional, numa interligação educação/formação.

- Desenvolvimento de um ensino secundário amigo da economia, do empreendedorismo jovem e do saber fazer, através da orientação vocacional, de adequados planos de estudo e de uma boa oferta de cursos técnicos.
- Reforço da qualificação dos formadores e dos meios de prática pedagógica e laboratorial.
- Introdução do ensino à distância, nomeadamente, nas modalidades e-learning e b-learning.
- Desenvolver Cursos de Especialização Tecnológica (CET) com base numa ligação com empresas e a atividade económica, privilegiando a empregabilidade e a formação de recursos técnicos qualificados.
- Desenvolver o cheque-formação, enquanto via para introduzir maior responsabilidade e liberdade de escolha na oferta formativa a frequentar;
- Reeditar um plano de "Formação para a Inclusão", orientado para as pessoas desempregadas com menores qualificações e maiores fragilidades de inserção.
- Priorizar intervenções de qualificação profissional dirigidas a jovens detentores de escolaridade obrigatória e sem qualificação profissional, reforçando o potencial de empregabilidade.
- Publicitar a taxa de empregabilidade e a remuneração média do primeiro emprego para as modalidades de formação profissional de natureza qualificante desenvolvidas pelo EFP.
- Proceder a uma sistemática avaliação da rede de Centros de Emprego e Centros de Formação, com apresentação pública de resultados.
- Assegurar ações de reabilitação profissional a pessoas com deficiência e incapacidade que necessitem de uma nova qualificação ou de reforço das suas competências.



SAÚDE

Cabo Verde já teve melhores motivos para se orgulhar do seu Serviço Nacional de Saúde.

Com efeito, os investimentos no sector nos últimos anos pouco reflexo tiveram na melhoria da qualidade de prestação dos cuidados de saúde, contribuído para pôr em causa os princípios basilares do Serviço Nacional de Saúde como a universalidade, a equidade e a integralidade. O MpD colocará a saúde ao serviço e perto das pessoas.

O nosso compromisso

- Centro de saúde de primeiro nível em todas as ilhas sem Hospital Central ou Regional.
- Institucionalização do Médico de Família.
- Redução tempo de espera nas consultas e acesso aos meios de diagnóstico, principalmente, de especialidade.
- Adoção de um programa gratuito de vacina contra o cancro do colo útero e de despiste intensivo, nomeadamente, do cancro da mama, colo de útero e próstata.
- Reorganização e requalificação do Serviço Nacional de Saúde, visando melhorar a qualidade e o acesso efectivo de todos os cabo-verdianos aos cuidados de saúde.
- Criação de uma Entidade Reguladora da Saúde.
- Valorização dos Profissionais de Saúde, com capacitação, motivação e melhor enquadramento na gestão do Sistema Nacional de Saúde, nomeadamente, dos respectivos estatutos.
- Primeiros Socorros com eficácia através do estabelecimento de um tempo razoável de chegada a um centro de referência em condições técnicas ideais dos primeiros socorros, com meios adequados a exemplo de evacuações via Helicóptero.

- Construção de um novo Hospital Regional na Praia, requalificação dos Hospitais Centrais (Agostinho Neto e Baptista de Sousa) com competências especializadas e reforço das capacidades de resposta dos Hospitais Regionais, Centros de Saúde e Postos de Saúde.
- Integração efetiva do Sector Privado no Serviço Nacional de Saúde.
- Desenvolvimento da Saúde como Serviço Exportador.
- Melhoria da Política Farmacêutica, com foco no Medicamento.

HABITAÇÃO

O Governo em funções desperdiçou recursos financeiros e institucionais, geriu irresponsavelmente o sector de habitação, transformando a imobiliária pública numa estrutura pesada e desproporcional, destruindo o sector imobiliário privado e, em conjunto com outras medidas desastrosas nas obras públicas, provocando a falência das empresas nacionais de construção civil.

O nosso compromisso

Promoção de um Grande Programa de Habitação com o seguinte perfil:

- Direcção para as famílias concretas, com critérios objectivos em função das prioridades devidamente definidas;
- Resposta às necessidades e às capacidades financeiras reais das famílias, mobilizador, liderado e concretizado pelos municípios;
- Inclusivo do empresariado nacional e criador de valor acrescentado para os sectores de construção civil, imobiliária e emprego;
- Bonificação de juros para jovens famílias.
- Unificado, como forma de acabar com os vários programas avulsos dirigidos por vários departamentos governamentais, caso do programa "Operação Esperança" gerido pelo Gabinete do Primeiro Ministro;



- Estimulador do mercado de arrendamento, promovendo a aplicação das poupanças das famílias, incluindo a população emigrada;
- Promotora da reabilitação das habitações existentes, contribuindo para a requalificação urbana dos bairros e o apoio aos mais carenciados.

DESPORTO

O Desporto é uma escola de valores e de cidadania na formação de um cabo-verdiano com novas atitudes e comportamentos perante o País e no seu relacionamento com o Mundo e um factor de desenvolvimento e instrumento privilegiado para a projecção da imagem internacional de Cabo Verde

O nosso compromisso

- Projetar um novo ciclo do Desporto Cabo-verdiano, reforçando o seu papel e importância nacional.
- Construir uma parceria entre os poderes públicos e os agentes desportivos, numa lógica de complementaridade e de respeito para a autonomia e os níveis de intervenção de cada um.
- Aproveitar as condições naturais do País e a apetência física e biológica do cabo-verdiano para a prática e inovação do desporto;
- Adotar a racionalidade, a transparência e o estabelecimento de prioridades na afectação e utilização dos recursos financeiros e materiais.
- Dinamizar o Desporto Escolar, a Formação nos Clubes e o Desenvolvimento de Talentos através do Programa Excelência Desportiva e da criação de Centros Especializados do Desporto.
- Trazer para Cabo Verde grandes eventos, colocando o país na rota internacional de eventos desportivos.
- Fazer depender o desporto directamente do Chefe do Governo e transformar a Direcção Geral dos Desportos GD num instituto independente.
- Criar um Fundo de apoio e incentivo à iniciação e formação desportiva.

CULTURA

A cultura é a salvaguarda de um povo, é sua identidade e carisma, sua bandeira e garante da unidade nacional. É pela cultura que evoluímos como povo, sedimentando-nos como Nação.

O nosso compromisso

- Reenquadrar e dar uma nova dimensão ao papel da cultura e à definição prática do conceito de Indústrias Culturais.
- Valorizar, a nível nacional e internacional, a Cidade Velha como Património Histórico da Humanidade e promover e finalizar outros processos como a elevação da Música Cabo-verdiana e a Rota dos Escravos a Património Imaterial da Humanidade.
- Promover uma efectiva regulação e cobrança dos direitos autorais, bem como das carreiras ligadas aos negócios culturais.
- Adotar um melhor sistema fiscal de incentivo aos agentes da cultura, nomeadamente, para o mecenato e patrocínio directo a entidades culturais de utilidade pública.
- Estimular o sistema financeiro para uma oferta que tenha em conta a transversalidade cultural, com a valorização da diversidade e protecção dos sistemas simbólicos.
- Executar uma nova política do Cinema, Audiovisuais, Artes Visuais e Educação Artística, articulada com os programas e conteúdos educativos do nível do pré-escolar ao secundário e com a formação profissional.
- Promover o Turismo Cultural e a Música como Marca Nacional.
- Adotar uma política de infra-estruturação cultural, com o reforço das políticas de Museus, de Arquivos e Acervo Nacional, a criação de uma Galeria Nacional de Arte e a Restauração do Património Construído.



JUVENTUDE

TRAZER A JUVENTUDE PARA O CENTRO DAS SOLUÇÕES

Em Cabo Verde, a falta de qualidade e a exiguidade dos apoios sociais na educação, o desemprego, a precariedade laboral, a insegurança e a discriminação, atingem, maioritariamente, as populações mais jovens, remetendo-as para situações de extrema vulnerabilidade e comprometendo a sua autonomia e emancipação, sendo igualmente evidente a falta de valorização e de capacitação dos profissionais jovens.

O nosso compromisso

- Capacitação dos jovens com base numa formação de excelência.
- Garantia de 20 mil Estágios Profissionais, beneficiando maioritariamente os jovens, como parte curricular e de experiência profissional.
- Plano de Emprego para os Jovens, em geral e específico para os detentores de um curso superior.
- Combate ao Desemprego Jovem com melhor Educação e Formação, nomeadamente, através de uma aposta na formação técnico - profissional com empregabilidade através de um Programa de Qualificação Profissional Inicial e da Revisão do Sistema Educativo/ Formativo, tornando-os amigos do emprego jovem.
- Promoção da Cidadania Juvenil, nomeadamente, através do apoio à criatividade e à capacidade de inovação dos jovens, à fruição cultural e à atividade desportiva, do fomento do voluntariado e da promoção de estilos de vida saudável.
- Facilitação da Habitação Jovem e da constituição de Família Própria.

REFORÇO DO ESTADO SOCIAL

COMBATE ÀS DESIGUALDADES

INCLUSÃO SOCIAL

O MpD considera o desenvolvimento social um elemento incontornável na estratégia do processo de desenvolvimento do país e coloca, como sua primeira prioridade, o combate às desigualdades sociais reinantes no país.

O posicionamento do MpD não é forçado por circunstâncias conjunturais mas, antes, forjado na sua doutrina social com base em princípios de equilíbrio onde, o desenvolvimento economicamente viável requer, igualmente, o justo desenvolvimento social, a começar pela eliminação da pobreza e pela integração e protecção dos vulneráveis.

O nosso compromisso

- Reduzir durante a legislatura a pobreza relativa para níveis inferiores a 18% (menos 44.000 pobres na legislatura, equivalente a menos 8.800 pobres por ano) e eliminar a pobreza extrema, implicando a saída de cerca de 30.000 pessoas nos próximos cinco anos e os restantes 30.000 até ao ano de 2026, o mais tardar.
- Promover o acesso ao rendimento pela redução da actual taxa de desemprego, estimada em 15.8%, para valores inferiores a 10% em 2021 e para níveis inferiores a 5% até 2026, numa perspetiva de pleno emprego.
- Garantir a cada cabo-verdiano um rendimento seja através do emprego, ou através do Rendimento de Inclusão.
- Elevar o índice de educação, índice combinado do ensino primário, secundário e universitário, de 0.85 para um rácio situado entre 0.95 e 1.
- Ensino Pré-escolar para todas as crianças e garantia de acesso universal a todas as crianças à escolaridade obrigatória.



- Colocar Cabo Verde nos “Top 5” dos Pequenos Países Insulares em termos de Índice de Desenvolvimento Humano, através de profundos avanços nos indicadores agregados da Educação, Saúde e Rendimento per capita.

Uma Infância Feliz, Saudável e a Aprender

O nosso compromisso

- Reforçar a capacidade institucional do Organismo Público que responde pela problemática da criança;
- Garantir o efectivo respeito pelos direitos da criança, consagrados na Carta dos Direitos da Criança e na Convenção sobre os Direitos das Crianças;
- Assegurar os cuidados primários de saúde materno-infantil;
- Promover o desenvolvimento de uma rede de educação pré-escolar, associando os poderes públicos, os municípios e as instituições de solidariedade social, visando garantir o acesso de todas as crianças ao ensino pré-escolar;
- Assegurar o acesso universal de todas as crianças à escolaridade obrigatória e desenvolver acções que evitem o abandono precoce da actividade escolar ou que conduzam a situações de insucesso escolar;
- Promover programas dirigidos às crianças em risco, sobretudo as crianças de e na rua;
- Desenvolver programas de apoio às crianças vítimas de maus tratos, arbitrariedade, abusos, violência e exploração dos adultos, incluindo os dos seus próprios progenitores;
- Promover e apoiar às Instituições particulares de solidariedade social que se ocupam da problemática da criança;
- Construir espaços de lazer e promover programas de fomento de actividades físicas e desportivas, em articulação com as instituições escolares e as autarquias locais.

O Idoso com Qualidade de Vida

O nosso compromisso

- Desenvolver uma política da família que estimule a manutenção dos idosos no seio familiar;
- Valorizar o Apoio Domiciliário e o aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados;
- Desenvolver uma política de actualização das pensões sociais mínimas por forma a manter um nível de vida digna;
- Reformar as políticas de pensões sociais e de assistência médica e medicamentosa à terceira idade;
- Promover políticas que priorizem o atendimento dos idosos nos serviços públicos;
- Promover políticas de gratuidade no pagamento de tarifas nos transportes públicos ou privados de passageiros;
- Promover políticas de redução de custos de comparticipação nos medicamentos, próteses e dispositivos de compensação, que pode até ir a zero para aqueles que são vítimas de doenças crónicas ou sujeitos a tratamentos por tempo indefinido;
- Estimular e apoiar as Instituições de Solidariedade Social que se dedicam às actividades dirigidas à terceira idade;
- Promover e apoiar as iniciativas que visem criar espaços de convívio e recreação para as pessoas idosas, sobretudo aquelas com vínculo frágil com a família
- Equacionar e humanizar o papel dos Centros de Convívio, ou Centros Comunitários destinados à terceira idade;
- Implementar um serviço de apoio às famílias que têm consigo idosos dependentes;
- Contribuir, pela reabilitação física e social, para uma longevidade com índice de progresso e desenvolvimento, e não como um peso e encargo social.



Portadores de Deficiência com Qualidade de Vida

O nosso compromisso

- Avaliar as necessidades existentes, através de realização de um estudo a ser levado a cabo por uma instituição científica credível;
- Incentivar respostas integrativas, dinamizando o apoio institucional aos jovens com incapacidades graves e responder aos problemas das famílias.
- Promover a Lei de Bases de Prevenção, Reabilitação e Integração das Pessoas com deficiência, com vista a garantir a realização prática de um conjunto de direitos, atribuídos aos portadores de deficiência e que carece de concretização;
- Desenvolver políticas e programas que visem garantir condições de acesso às pessoas portadoras de deficiência, nomeadamente, ao emprego, formação profissional, educação, habitação, transportes, entre outras;
- Promover e apoiar o Programa Nacional de Reabilitação que promova as condições para a realização do princípio de igualdade e de oportunidade;
- Promover e apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade social que desenvolvam actividades no domínio de prevenção, reabilitação e integração das pessoas portadoras de deficiência;
- Promover programas que criem bolsas de emprego protegido, virados essencialmente para atender à população portadora de deficiência de grau complexo;
- Apoiar os deficientes na aquisição de medicamentos, próteses, dispositivos de compensação, etc.
- Desenvolver políticas de acessibilidades quer em termos de transportes públicos quer em termos de edificações, de modo a facilitar a plena integração dos portadores de deficiência na dinâmica social;

- Estabelecer uma quota mínima para os deficientes e as famílias com portadores de deficiência em matéria de habitação social e de emprego na Administração Pública.
- Benefícios fiscais e para-fiscais, nomeadamente, em sede contribuição para a segurança social e com a devida compensação pelo Estado, para a contratação de portadores de deficiência por parte das empresas privadas.

EQUIDADE DO GÉNERO

A visão do MpD para as políticas de igualdade e equidade de género baseia-se nos valores humanistas e personalistas, geradores de toda a sua filosofia de promoção do bem-estar da pessoa humana enquanto fim último da actuação do Estado.

O nosso compromisso

- Eliminar as desigualdades estruturais que impedem o pleno acesso das mulheres aos bens, serviços e recursos socioeconómicos.
- Adotar medidas de política para a melhoria da qualidade de vida das mulheres chefes de família.
- Promoção de iguais direitos das mulheres através da sua capacitação, visando uma participação e liderança efectivas na vida pública.
- Promoção de igualdade de acesso aos serviços financeiros, infra-estruturas, saúde, água, saneamento e ao mercado de trabalho.
- Garantia de voz activa às mulheres no processo decisório em todos os assuntos de interesse público a que a elas dizem respeito.
- Promoção de igual acesso a cargos de direcção nas empresas e instituições públicas, organizações da sociedade civil e aos órgãos eleitos dos poderes central e local. Em todos os órgãos colegiais de nomeação pública devem estar todos os géneros representados.
- Promoção da Lei da paridade



SEGURANÇA SOCIAL

Os regimes de segurança social, pelo seu carácter intergeracional, não deverão ser estáticos, pelo que os governos deverão avaliar as suas decisões, de modo a garantir a sustentabilidade do sistema e a melhoria dos serviços prestados.

O nosso compromisso

- Protecção social mais justa e equilibrada, do ponto de vista pessoal e material.
- Sustentabilidade financeira do sistema a longo prazo.
- Alargamento da cobertura a todas as categorias populacionais ainda não cobertas, nomeadamente, aos trabalhadores do sector informal da economia, os independentes e os pequenos empregadores
- Reestruturação do INPS, garantindo uma melhor gestão dos serviços prestados e do futuro das pensões e contenção dos custos operacionais, tornando mais eficientes e justos os regulamentos sobre comparticipações, isenções nos medicamentos, estomatologia e óculos.
- Criação de um Fundo de Pensões e uma Entidade Gestora desses fundos, separando a gestão das pensões de outras prestações.
- Alargamento da prestação de cuidados de saúde a privados através de acordos com o INPS.
- Implementação efectiva do Fundo de Desemprego visando acudir os trabalhadores na situação de desemprego por um período de tempo determinado.

